

Jornalismo de expressão portuguesa na África colonial

*Portuguese expression journalism
on colonial Africa*

António Hohlfeldt

Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul / Escola de Comunicação,
Artes e Design
a_hohlfeldt@yahoo.com.br
ORCID ID: [0000-0001-5284-8730](https://orcid.org/0000-0001-5284-8730)

Resumo: Este capítulo sintetiza o desenvolvimento dos jornalismo nacionais de Angola, Cabo Verde e Moçambique, através daquelas publicações de língua portuguesa. Além de destacar as histórias individualizadas de cada jornalismo, houve também a preocupação de se buscar uma identificação das semelhanças no desenrolar deste processo.

Palavras-chave: jornalismo colonial africano de expressão portuguesa; jornalismo em Angola; jornalismo em Cabo Verde; jornalismo em Moçambique; jornalismo comparado; história do jornalismo.

Abstract: *This chapter sintetizes the development of the national journalisms in Angola, Cabo Verde and Moçambique, through the most important newspapers of portuguese expression. They presented the particular histories and the coincidences between them.*

Keywords: *colonial african journalism of portuguese expression.; journalism in Angola; journalism in Cape Verde; journalism in Moçambique; comparative journalism; history of journalism.*

Introdução

Para pensar-se objetivamente as relações entre os meios e a formação, o desenvolvimento e a crise do império português, deve-se tomar o termo *média* na sua mais larga aceção. Neste sentido, considera-se o livro — manuscrito ou impresso — tanto quanto a imprensa informativa (em especial, o jornal e a revista), o rádio, o cinema, a televisão, a internet, etc., como *médias*, na medida em que, como anota Juliana Pereira de Souza, *médias* são todos e quaisquer *meios de informação e de comunicação*, ou seja, instrumentos tecnológicos que servem para a difusão de mensagens (Souza, 2010, p. 816).

Pode-se afirmar, pois, que uma história dos meios portugueses e, mais tarde, uma história dos meios presentes nas antigas colónias de expressão portuguesa (Trigo: 1981) deve ser pensada a partir da própria história cultural, económica, política e literária portuguesas, ao mesmo tempo em que se deve acompanhar a evolução de outras tecnologias, dentre as quais as de transporte, além dos descobrimentos e da colonização lusitanos, que se refletem em suas relações internacionais.

Este texto é uma tentativa de visão de conjunto, no que se refere à história dos meios nas antigas colónias lusitanas, em especial o jornalismo impresso, quanto à da expansão e naturais choques de interesses junto a outras nações que se formaram após a emergência de Portugal e de Espanha, notadamente a Inglaterra, a França, a Holanda e a Bélgica contemporâneos, além, evidentemente, de movimentos autóctones independentistas que se organizaram no decorrer dos séculos, inclusive a partir dos processos de colonização, como no caso do Brasil,

pioneiramente, e das colónias asiáticas e africanas, sucessivamente¹. Uma história em especial do jornalismo como se desenvolveu nas colónias africanas de Cabo Verde, Angola e Moçambique. Esta sequência é tanto geográfica (do território mais próximo a Portugal ao mais longínquo), quanto cronológica: é a colónia de Cabo Verde a primeira a experimentar os avanços da chegada de uma prensa a seu território; quase concomitantemente, ocorrerá o mesmo com Angola e, só na década seguinte, será a vez de Moçambique. Portanto, esta foi a lógica escolhida para esta abordagem. Ao mesmo tempo, quando se escreve a respeito de cada uma das colónias, vai-se abordar alguns fatos que são específicos de sua história, totalmente contextuais, pois, mas outros que são generalizáveis a todas as demais colónias. Para não haver repetições destas observações, as mesmas foram distribuídas ao longo da narrativa.

Parte-se do pressuposto de que os movimentos da expansão marítima de Portugal geraram reflexos, originalmente, na literatura — quer a manuscrita, quer a impressa — pois ela será imediatamente *exportada* para as terras recém descobertas e, ao inverso, sofrerá influência e inspiração das viagens marítimas para suas novas criações². Este complexo processo encontra-se amplamente estudado, ainda que não necessariamente sob o foco da abordagem que aqui se intenta, mas é aqui tomado como conhecido (Judice, s/d; Barreto, 1983; Casa do Infante, 1988).

1. O processo de ocupação dos territórios

As conquistas portuguesas desdobraram-se, desde o século XIV, com especial ênfase no reinado de Dom João I, em cujo período viveu o Infante Dom Henrique, nascido a 4 de dezembro de 1394, na cidade do Porto. O Infante participaria das batalhas de Ceuta (em agosto e setembro de 1415), em que desaparece, a que se segue a conquista da Grã Canária, que vinha sendo intentada desde 1412. Em 1º de maio de 1460, Diogo Gomes e António da Noli descobrem a ilha de São Tiago, do arquipélago de Cabo Verde (Gonçalves, 1966); o mesmo Diogo Gomes chega à ilha de Santo Antão, do Cabo Verde, em 17 de janeiro do ano seguinte.

1 Devemos mencionar, aqui, especiais agradecimentos à Sra. Dra. Carla Souza, responsável pela Biblioteca da Universidade Fernando Pessoa, que nos facilitou acesso a livros e documentos presentes nos ricos acervos das bibliotecas portuguesas; e também à Sra. Dra. Marta Rua, Diretora Técnica da Biblioteca Pública Municipal do Porto, sem cujo apoio decidido e decisivo teria sido impossível digitalizar todo este material que, atualmente, procuramos colocar à disposição de eventuais interessados.

2 Deve-se pensar, especialmente, nos catecismos, calendários e almanaques, que são *exportados* para as colónias, sobretudo aqueles de cunho religioso, graças aos jesuítas e demais ordens católicas de catequese; e à inspiração das viagens que passam a constituir um conjunto sólido e insólito de narrativas, como aquelas reunidas por Bernardo Gomes Brito, em *História trágico-marítima* (1735-1736), a que se seguirão as centenas de relatos de viajantes, em especial os portugueses, de Pero Vaz e Caminha a Pero de Magalhães Gandavo, mas também *estrangeiros*, como Hans Staden e Jean de Léry, sobretudo ao longo dos séculos XVI e XVII, no caso brasileiro, para não se citar os que referiram, especialmente nos séculos XVI e XVII, os territórios africanos ou asiáticos ocupados pelos portugueses.

Em 5 de agosto de 1483, Diogo Cão atinge a Angra de Santa Maria (mais tarde Benguela, em Angola), estabelecendo aí relações comerciais com o Reino do Congo (Gonçalves, 1964). A 1º de março de 1498, Vasco da Gama desembarca na ilha de Moçambique, onde coloca o padrão de São Jorge. Naquele mesmo ano, Vasco da Gama visita Calecute, no reino de Cananor, a 17 de maio. Enfim, em 22 de abril de 1500, Pedro Álvares Cabral *descobre* o Brasil.

As regras básicas estabelecidas pela Coroa portuguesa, para as suas colónias, são uniformes. Isso tem um ponto positivo: a unidade da colonização portuguesa sob a perspectiva de uma só estratégia e política; mas tem um ponto negativo, motivo para os sucessivos debates que, ao longo dos séculos, vão se desenrolar nas próprias colónias e, às vezes, em Lisboa, junto às Côrtes: Portugal trata igualmente aos desiguais, não distinguindo políticas de desenvolvimento diferenciado para as suas colónias, o que lhes vai provocar consideráveis atrasos. Uma dessas políticas era a completa interdição de prelos naquelas terras, realidade que oprimiu a todas, à exceção de Goa e Macau, ambas na Ásia.

Contextualizando-se a história do império português e a dos médias, tal como eles surgem, desenvolvem-se e interferem na vida cotidiana, política e cultural deste império, pode-se afirmar que eles se disseminam no decorrer do processo de expansão e colonização lusitanos, como consequência do surgimento do prelo. Mas quando a imprensa informativa propriamente dita começa a se popularizar e massificar, Portugal já experimenta certo declínio, primeiro, graças à anexação temporária, pela coroa espanhola (1580), de que se livrará apenas em 1640. Nos territórios coloniais, teremos um processo inverso: quando ocorre a invasão francesa de 1808, em Portugal, são nestes territórios, especialmente, que a imprensa e o jornalismo encontrarão espaços e contextos propícios a seu desenvolvimento, o que provocará, sucessivamente, um duplo desdobramento: de um lado, influenciarão o desenvolvimento da própria imprensa e do jornalismo metropolitano; depois, facilitarão os processos independentistas que ocorrerão, pioneiramente, no Brasil, inclusive com atraso em relação às colónias espanholas do continente ibero-americano, que já experimentavam a imprensa desde o século XVIII, mas depois tornando-se exemplo e referência para as demais colónias portuguesas, tanto aquelas situadas em África, quanto as da Ásia, a partir da independência de 1822 e do decreto de Sá de Bandeira, de 1836, assinado pela Rainha D. Maria II.

Os episódios protagonizados por Napoleão Bonaparte obrigaram os portugueses a repensar seus espaços geográficos e de poder político e administrativo. A *Gazeta de Lisboa*, com a invasão, passa a ser editada por publicistas franceses, já que seu até então editor, Frei Tibúrcio José da Rocha, desloca-se, com a frota da Família Real (Laranjeira, 2011), para o Brasil, vindo a se tornar o editor da novel *Gazeta do Rio de Janeiro*, que passaria a se publicar a partir de 10 de setembro de 1808, primeiro semanal e, logo, a partir da segunda semana, bi-semanalmente, nas quartas-feiras e sábados (Hohlfeldt, 2008), na até então colónia, agora reino unido.

A permanência dos franceses em território português faz surgir uma primeira *imprensa do exílio*, que se traduz na publicação de jornais, em língua portuguesa e, na maioria dos casos,

por editores lusitanos, em países estrangeiros, neste momento, por óbvio, principalmente na Inglaterra. É o caso do *Correio Braziliense*, de Hipólito José da Costa (1º de junho de 1808 a 1º de dezembro de 1822), intelectual nascido na colónia do Brasil, na então província do Rio Grande do Sul. Costa era filho de portugueses, estudou na Província Cisplatina (atual Uruguai) e depois formou-se em Direito, em Coimbra, tornando-se embaixador de Portugal nos Estados Unidos. Ao retornar, foi preso pela Inquisição, acusado de filiação à maçonaria. Depois de três anos de prisão, consegue fugir para Londres, auxiliado pelos próceres da maçonaria britânica, onde, a partir de 1808, publicaria seu jornal, tema que se retoma abaixo (Rizzini, 1988; Hohlfeldt, 2007). Naquele momento, surgiram jornais a favor e contra a invasão francesa³.

2. Proibição e obrigação de criação da imprensa nas colónias

Há duas questões que merecem atenção de quem estude a história dos médias e as antigas colónias portuguesas. A metrópole, desde logo, proíbe a existência de prelos nas colónias, como se disse, ao contrário daquilo que será praticado pela Espanha que, desde a primeira metade do século XVI, permite que os sacerdotes jesuítas instalem prelos nas cidades do México e de Lima, respectivamente. Portugal, ao contrário, interdita os prelos, gerando inclusive processos e condenações a quem eventualmente detenha algum equipamento semelhante, mesmo que autoridade administrativa lusitana, além de destruir todos os equipamentos. No entanto, sabe-se que houve duas exceções, Goa e Macau. Racionalmente, pode-se interpretar este comportamento como uma adequação prática a uma situação diferenciada daquelas colónias: ao contrário do que ocorria na África (Cabo Verde, Angola, Moçambique, etc.) e na América do Sul (Brasil), cujas sociedades eram ágrafas, em Goa e em Macau havia sistemas lingüísticos escritos, bastante complexos e múltiplos. Muitos dos primeiros livros publicados em Goa pelos portugueses, inclusive, não foram em idioma lusitano, mas em idioma nativo (Gracias, 1880; Cunha, 1923; Rangel, 1957; Lopes, 1971). Remanesce, contudo, uma dúvida: por que o comportamento diverso da Espanha, se, afinal, tanto no México quanto nas colónias da América do Sul, suas populações também não possuíam línguas escritas, ao menos, com sistemas fonéticos como o ocidental, mas apenas faladas? Talvez uma resposta esteja contida na compreensão diversa do fenômeno, como se pode depreender do registro que Alejandro Pizarroso Quintero faz:

³ É preciso ter-se em conta que Portugal e Espanha sofriam as agruras da Inquisição, extremamente repressora nestes países. Assim, não é de surpreender que, para alguns intelectuais liberais, o domínio francês fosse menos opressor que o controle duplamente exercido, eclesiástico e real, pelas autoridades espanholas e lusitanas. Veja-se, a propósito, o filme *As sombras de Goya* (2005), de Milos Forman, com roteiro de Jean-Claude Carrière, também editado em livro (2007).

Em Espanha, a primeira disposição legal que de maneira indirecta se ocupou da impressão foi em uma Carta dos Reis Católicos, datada do dia de Natal de 1477, com a qual se isentava o impressor e o mercador de livros Teodorico Alemão do pagamento de uma alcavala, do almoxarifado e de outros impostos, dado que o seu comércio e actividade ‘redundavam em honra e vicariedade de nossos reinos e dos naturais deles’ (Pizarroso Quintero, 1994, p. 54).

Este episódio poderia ser fortuito, mas outro documento, dos mesmos reis, de 1480, reitera essa perspectiva, quando se lê:

Considerando os Reis (...) quanto era proveitoso e honroso que a estes seus Reinos se trouxessem livros de outras partes, para que com eles se fizessem homens letrados (...); por fim ordenamos e mandamos, que além da dita franquia (...) não se peçam, nem paguem, nem levem almoxarifado, nem dízima de portagem, nem nenhuns outros direitos pelos nossos almoxarifes, dizimeiros, portageiros ou quais quer outras pessoas (...) que de todos os direitos e dízimas e almoxarifados sejam livres e francos os ditos livros, e que pessoa alguma ou peça ou leve...” (Pizarroso Quintero, 1994, p. 54).

A segunda questão diz respeito à reviravolta produzida pela corte portuguesa a partir do artigo 13º do decreto do Ministro Sá da Bandeira, de 7 de dezembro de 1836, ordenando que as administrações coloniais passassem a editar *boletins oficiais* em suas respectivas regiões. O modelo adotado, pelo que se lê na consulta a tais publicações pioneiras, foi o da *Gazeta de Lisboa*, aliás, padrão jornalístico da época. Por que tal reconsideração tão radical por parte da Rainha Dona Maria II, filha de Dom Pedro I (brasileiro) ou Dom Pedro IV (português)? A hipótese que se pode levantar é que o encadeamento de acontecimentos produzidos a partir da invasão de Portugal pela França (1808), o deslocamento da Família Real para o Brasil; seu retorno — em 1821 — e a independência da antiga colónia, em 1822, ainda que permanecendo vinculada a um membro da Família Real portuguesa, Dom Pedro I (do Brasil)/Dom Pedro IV (de Portugal), serviu como alerta e incentivou a nova política, além do fato, é evidente, dos novos tempos liberais que então sopravam no país (Hohlfeldt, 2008; Hohlfeldt, 2013). Esta é a leitura que José Tengarrinha propõe, numa rápida alusão ao que denomina “o despertar da questão africana”, em sua obra já clássica (2013). Tengarrinha mostra que o Ministro Sá da Bandeira, ainda quando Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, preocupara-se em fazer editar, mensalmente, o *Memorial Ultramarino e Marítimo*, a partir de março de 1836, publicação pioneira, pois, sobre as questões das colónias, com extensa e ampla matéria sobre aquelas terras longínquas, publicação esta que era distribuída junto às principais autoridades políticas e administrativas, inclusive entre os membros das duas câmaras, oficiais civis e militares, tanto no continente quanto no Ultramar (2013: 502 e seguintes).

Como consequência dessa liberalidade, começam a se editar os primeiros jornais na Madeira: na ilha do Funchal, *A Flor do Oceano* (15 de novembro de 1834 a 22 de outubro de

1840) e nos Açores, o *Sentinela Constitucional nos Açores* (Angra, 16 de março a 26 de agosto de 1835)³. O processo culmina, como se disse, em dezembro de 1836⁴.

José Júlio Gonçalves faz a transcrição completa do decreto de 1836, destacando os artigos 13º e 19º, que nos interessa, e onde se lê:

Artigo 13º — Debaixo da Inspecção de cada Governo Geral se imprimirá hum Boletim, no qual se publiquem as Ordens, Peças Officiaes, Extractos dos Decretos Regulamentares enviados pelo respectivo Ministerio dos Governos do Ultramar, bem como notícias maritimas, preços correntes, informações Estadísticas [sic], e tudo o que for interessante para conhecimento público.

Artigo 19º — Fica revogada toda a legislação em contrario. O Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar o tenha assim entendido e faça executar (Gonçalves, 1964).

Como mostra Júlio de Castro Lopo (1964), um pouco antes mas, sobretudo depois deste decreto, já haviam começado a aparecer publicações nas então colónias portuguesas: na Índia Portuguesa, *Gazeta de Goa* (Nova Goa, 1821) e *Chronica Constitucional de Goa* (Nova Goa, 1835) e, enfim, depois do decreto, o *Boletim do Governo do Estado da Índia* (Nova Goa, 1837); em Macau, o *Boletim do Governo de Macau, Timor e Solor* (Macau, 1838); em Cabo Verde, em 1842 (Cidade da Praia); em Moçambique, o *Boletim Official*, que surgiu em 1854; em São Tomé e Príncipe, em 1857; e na Guiné, em 1880 (Lobo, 1964). Quebrava-se, pois, a interdição e abria-se uma nova era para todas as então colónias, porque, como já se observou em outro momento, dada a permissão e — mais que isso — a ordem para que se publicassem os boletins oficiais, precisou-se estabelecer em cada colónia um prelo e uma instituição responsável, uma Imprensa Nacional (Hohlfeldt, 2009). Neste caso, foi necessário constituir-se um estabelecimento específico, constituído aos moldes de Lisboa, que passou a editar o boletim mas que, logo, era procurado para imprimir outros papéis que não só aqueles oficiais, sendo que boa parte deles não estava alinhado à política metropolitana portuguesa. Foi assim, por exemplo, com Moçambique, só para citar um

4 Observe-se que os títulos *Sentinela...* espalharam-se por algumas colónias, como o Brasil, e mesmo em Portugal. Quem teria iniciado esta série de publicações teria sido Cipriano Barata, um médico brasileiro liberal, nascido em 1762 e falecido em 1838, diplomado por Coimbra. O primeiro jornal que editou foi o *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco* (abril de 1823). Deputado eleito à Constituinte, negou-se a participar dela por considerá-la ameaçada pelas tropas de Dom Pedro I. Preso, editou desde a prisão *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco atacada e presa na Fortaleza do Brum por ordem da Força Armada e Reunida* (1824), com o que foi transferido para a Fortaleza de Santa Cruz da Barra, no Rio de Janeiro. Continuando a editar seus jornais, foi sucessivamente transferido de prisões, até ser libertado, em 1830. Ao voltar para Pernambuco, publicou imediatamente *A Sentinela da Liberdade na Guarita do Quartel-General de Pirajá*. O *Sentinela da Liberdade* teve múltiplas designações, conforme as situações enfrentadas por Barata. Sua teimosia inspirou outros jornais, em todo o Brasil, e também se refletiu em publicações em todo o universo colonial de expressão portuguesa, como aqui se documenta (Sodré, 1966; Vianna, 1945). O melhor estudo sobre o personagem é o de Marco Morel, *A sentinela da liberdade e outros escritos (1821-1835)* (2009).

caso, o que geraria uma crise político-administrativa e quase colocava todo o processo por terra⁵.

De fato, aquela instalação de oficinas da imprensa oficial passou a imprimir, não apenas o jornal oficial, quanto outras publicações, o que leva Júlio Castro Lopo a propor uma periodização para tal imprensa (ele se refere apenas à imprensa angolana, mas pode-se estender, como se faz aqui, a toda a imprensa colonial de expressão portuguesa): os dois primeiros períodos são distinguidos, justamente, pela existência de uma imprensa oficial e, depois, uma imprensa independente que, gradualmente, tratará de constituir inclusive outros prelos para as suas publicações. Surgiu, assim, o que já se chamou de *imprensa colonial de expressão portuguesa*:

A imprensa colonial tem a ver com toda aquela produção realizada nas mais diferentes colónias de Portugal, e neste sentido se incluiria o Brasil, não importando se produzida por autóctones ou por portugueses localizados naquelas colónias. Ela é colonial, não porque ideologicamente defenda o colonialismo ou a colonização, mas porque ela se realiza neste contexto de colonização, traz uma referência espacial, sociocultural e política, mesmo após a concessão da chamada autonomia administrativa e financeira das colónias, que ocorre depois da Revolução de 1910, que estabelece a república em Portugal. Ela já não será mais colonial, contudo, após o 25 de abril de 1974, com a independência das antigas colónias.

Quanto à expressão portuguesa, é porque ela traduz, para a língua portuguesa, o ponto de vista original do nativo ou daquele ali adaptado ou com aquela região identificado. Não se pode referir, assim, com esta designação, uma literatura ou imprensa caboverdeana expressa em dialeto das ilhas, ou nas diferentes línguas nativas de Angola, Moçambique ou de Goa. Define-se, deste modo, com clareza, o objeto de estudo: a imprensa produzida nas colónias portuguesas que se divulgou em língua portuguesa, exclusivamente (Hohlfeldt, 2009, pp. 147-148).

Deve-se registrar que, se em Goa, por exemplo, ou em Moçambique, foram muitos os jornais escritos em línguas nativas⁶, também circularam, em diferentes momentos, tanto nas colónias de África, quanto nas de Ásia, periódicos escritos em inglês, graças às proximidades geográficas e económicas existentes entre algumas dessas colónias lusitanas e as demais colónias que as circundavam⁷. Nestes casos, pode-se considerar, seja a questão de

5 Trata-se do caso de *O Progresso*, de Miguel Augusto dos Santos Severino e Manuel Dias da Silva, referido mais adiante, quando abordarmos o desenvolvimento do jornalismo naquela colónia (1868). Este, que foi o primeiro jornal *independente* de Moçambique, não durou além do primeiro número, proibido que foi pelo Governador, a pedido do Juiz da comarca.

6 Não é objetivo deste estudo, mas registre-se a situação curiosa a ser discutida: se os povos africanos, de modo geral, não possuíam línguas escritas, por que nestas colónias de então publicavam-se páginas inteiras em alguns desses idiomas?

7 José Júlio Gonçalves, em seus inúmeros trabalhos a respeito da *informação* nas antigas colónias, refere constantemente o problema do plurilinguismo, além do analfabetismo e a falta de poder aquisitivo por parte dos nativos e habitantes desses territórios, quando analisa as pequenas tiragens e a abrangência reduzida dos periódicos coloniais (Gonçalves, 1964, 1965, 1966).

valorização de idiomas nativos, seja a necessidade de apresentar uma versão *portuguesa* de acontecimentos que interessassem diretamente àquelas comunidades, mas que envolvessem seus vizinhos⁸.

3. A imprensa nas colónias

Pode-se distinguir as histórias individuais da imprensa — que é praticamente a única média existente ao longo do século XIX a existir nas colónias — mas também se pode identificar, nestas histórias, aspectos em comum que aqui se destacam: de um lado, a questão da cronologia e, de outro, as características propriamente ditas desta imprensa.

A proposta de Júlio Castro Lopo, antes mencionada, em relação a Angola, pode ser estendida às demais colónias, com a vantagem de não trabalhar com datações, mas, sim, com tendências e características:

- a) *imprensa oficial* ou *oficiosa*, da data de criação dos respectivos *boletins oficiais* até o surgimento de um jornal que gozasse de maior autonomia em relação à autoridade política e administrativa da colónia;
- b) *imprensa livre*, da data de criação desses jornais com maior independência, até o aparecimento de publicações em que a atividade jornalística fosse considerada, em sentido estrito, como profissionalizada;
- c) *imprensa profissional*, a partir do momento em que o jornal se torna a referência para a sobrevivência de seu diretor, editor ou redator (em alguns casos, tudo isso ao mesmo tempo), quando o jornal se imprime a partir de uma gráfica própria que também edita outros periódicos e/ou realiza serviços gráficos para terceiros, garantindo sua independência financeira.

Do mesmo modo que, em Portugal, mas com consequências mais amplas, uma história dessa imprensa, escrita nos dias de hoje, deverá considerar um quarto período, vinculado aos acontecimentos posteriores ao 25 de abril de 1974, porque daí em diante desdobraram-se e se concretizaram os projetos independentistas das colónias, com consequências mais do que evidentes, ao mesmo tempo em que se multiplicaram as médias. Pode-se designá-la como uma *imprensa nacionalista*. Contemporaneamente, todas as antigas colónias apresentam um panorama mediático tão avançado quanto os grandes centros internacionais, inclusive com acesso à web⁹ e oferta de serviços de rádioemissão e televisão digitais, o que não significa,

⁸ Isso é mais notável quando da I Grande Guerra, sobretudo depois que Portugal passou a fazer parte ativa do conflito.

⁹ Há problemas quanto a preços e velocidade, tanto quanto à questão da centralidade da propriedade das empresas que oferecem tais serviços.

necessariamente, a democratização dos médias, eis que tal contexto tem muito mais a ver com a política do que com a comunicação, em si.

4. Condições de produção e de circulação

Para se compreender todo este processo, é fundamental ter-se em mente as condições de produção e de circulação dos jornais, tanto na segunda metade do século XIX, quanto nas primeiras décadas do século XX, notadamente até o surgimento do rádio e sua disseminação, ao longo da década de 1920.

Todo o papel vinha da metrópole, em navios que passavam algumas semanas no mar. Imagine-se as condições em que este papel chegava aos continentes sul-americano, africano ou asiático. Desembarcado, esse papel era, em parte, utilizado pelos jornais, mas conforme as partidas da matéria-prima, poderia enfrentar maiores dificuldades para sua disponibilidade. Além disso, o papel utilizado pelos jornais também pode ser bastante diferente, ora dentro daquela característica a que hodiernamente se chama *papel imprensa*, ora folhas extremamente finas, o que fazia com que as páginas impressas vazassem de um lado para o outro, às vezes até mesmo impedindo a leitura da página impressa. Havia também épocas em que chegava apenas papel colorido, o que dificultava a impressão (rosa e até verde). Depois de impresso, o responsável pela publicação deveria enviar um exemplar para a Biblioteca Pública Municipal do Porto e/ou de Lisboa.

Nem sempre as condições de guarda dessas coleções são as ideais: alguns zelosos administradores resolveram *racionalizar* a juntada de tais exemplares, reunindo-os segundo suas dimensões físicas, em grandes volumes encapados, em que jornais que nada têm a ver uns com os outros acabam combinados aleatoriamente. Em outros casos, o papel sofreu enorme deterioração, de modo que, ao se pegar em uma dessas folhas, ela se esfarela entre os dedos. Enfim, em muitos casos, os jornais acabam sendo guardados com dobras em suas páginas, o que provoca o corte do pedaço de papel em que se encontram impressos, parte esta que, muitas vezes, acaba perdida, dificultando e/ou inviabilizando a consulta eventualmente pretendida.

De modo geral, os jornais não indicam suas tiragens — há uma exceção quanto a *O Emancipador*, em todas as variantes de seu título — mas devem ser poucos, talvez algumas dezenas, apenas, o que se pode deduzir a partir do alto percentual de analfabetismo das colônias, quer pelas notícias de fechamento e/ou falência de jornais por falta de pagamento. Por outro, considerando-se que a *Gazeta do Rio de Janeiro*, nos seus primeiros anos de circulação, não ultrapassou um milhar de assinantes, deve-se concluir que a importância e a eventual influência de uma publicação sobre a opinião pública se dá através de dois processos, não excludentes:

- a) leitura pelas elites políticas e económicas que, por sua vez, reproduzem tais idéias;
- b) leitura em voz alta, por parte de um leitor alfabetizado, para públicos analfabetos, não obstante, interessados em novidades, sobretudo as político-partidárias, em especial quando em períodos eleitorais, ou sobre escândalos que, invariavelmente, eclodiam naquelas sociedades¹⁰. Assim, encontramos notícias sobre listas eleitorais ou relatos cotidianos como o anúncio de um cidadão, recém-divorciado, alertando que, a partir daquela data, não responde mais pelas despesas da ex-esposa. Nos espaços do *expediente* dos jornais¹¹, encontram-se registros que evidenciam as dificuldades para a publicação e a circulação dos periódicos nessas distantes terras: 1. o auxiliar da oficina que, ao atravessar a rua, derruba a página, já composta, por exemplo; como o jornal deverá ser recomposto, letra a letra, ele circulará com atraso; 2. o jornal que deixa de circular porque os únicos dois tipógrafos saíram para as brincadeiras do carnaval e não voltaram mais para o trabalho; 3. a reclamação sobre desavenças político-partidárias que levam a administração dos correios e/ou da via férrea a atrasar ou perder propositadamente os exemplares a serem entregues ao leitor que habita o interior da província, etc. Isso tudo, sem se falar das *querelas*, antes referidas: se condenados (e quase sempre o eram), os editores podiam ser multados, presos na própria cidade ou enviados para outros territórios, em exílio¹². Outra prática comum, registrada nas páginas dos jornais, é a transferência do diretor e/ou editor, se ele fosse funcionário público, para um outro território, inviabilizando o jornal.

Há situações de censura direta ou indireta, ainda antes da República, ou depois dela, que chegam a ser ridículas ou cómicas, na observação dos dias de hoje. Por exemplo, o jornal *O Emancipador*, que circulou entre 1919 e 1937, pertencia a um sindicato de trabalhadores. Quando seu editor/diretor foi transferido para outro território, o jornal passou quase um ano circulando com seu título sendo mudado a cada semana: é que a lei, se exigia o editor/diretor com título universitário, permitia que um *número único*, como se dizia então, circulasse sem atender a esta exigência, do que se valiam os responsáveis pela publicação para editarem, semanalmente, o mesmo jornal, mas sob denominações diversas, como *Emancipado*, *A Voz do Emancipador*, *O Emancipador do Operariado*, *O Emancipador dos Grevistas*, e assim por diante

10 As observações originais sobre tais processos são registradas por Marialva Barbosa (2007; 2013), a propósito da imprensa brasileira, ao longo do século XIX, mas podem ser generalizadas à imprensa das demais colônias de expressão portuguesa, inclusive quanto aos nativos desses territórios, que enfrentam o duplo desafio de, às vezes, nem falarem português, muito menos, lê-lo.

11 O *expediente* é o espaço institucional, quase sempre na primeira das quatro páginas do periódico, em que a redação conversa com seu leitor e explica suas práticas e rotinas.

12 Os diretores/editores de boa parte dessas folhas, ou eram funcionários públicos — administrativos ou militares que, em boa parte, opunham-se ao sistema monárquico ou, depois da implantação da República, alinhavam-se a partidos de oposição, em nível nacional ou local.

(Rocha, 2000, p. 125 e seguintes; Hohlfeldt, 2008), fato que será aprofundado no capítulo específico sobre o jornalismo de Moçambique.

Uma outra história exemplar é a do *Eco do Nyassa*, que circulou entre 1919 e 1923, no território do Niassa, a nordeste de Moçambique, administrado pela Cia. do Niassa, de origem inglesa. Essas *companhias majestáticas*, que recebiam territórios ou serviços como concessão do governo português, que não tinha como ocupar ou atender, através de seus funcionários, a boa parte dos territórios coloniais, tornavam-se quase que autónomas em relação à administração lusitana, inclusive quanto à aplicação da Justiça, quer por omissão, quer por conivência das autoridades portuguesas. Neste caso, a companhia não gostou do surgimento do jornal, dirigido por Francisco Leite Pereira, que tinha posições críticas sobre a mesma. Assim, o editor jamais alcançou a autorização para a impressão e circulação do jornal, ainda que tenha sido editado ao longo de quase quatro anos, como se constata. O curioso é que, embora para todos os efeitos, o jornal *não existisse*, pois não fora autorizado, seu diretor era constantemente processado e condenado e o próprio Judiciário publicava seus editais no periódico... (Hohlfeldt, 2010).

Não se pode esquecer, enfim, a importância que a imprensa teve para o surgimento, a divulgação e a nacionalização das literaturas nacionais, conforme salienta Francisco Noa:

Qualquer tentativa para rastrear o percurso da literatura moçambicana sem passar um olhar circunstanciado pelas páginas da imprensa que a alimentaram, a divulgaram e consagraram é, à partida, cometer uma profunda falsidade histórica (Noa, 1996, p. 237, citado em Macêdo & Maquêa, 2007, p. 13).

É a mesma perspectiva adotada por Carlos Ervedosa, por exemplo, quando indica o jornal *A Civilização da África Portuguesa*, de 1866, de Luanda, criação de Urbano de Castro e Alfredo Mântua, como o primeiro espaço dedicado à criação literária daquela colónia. O jornal existiu durante apenas 3 anos, resultou em seus diretores serem presos, mas abriu caminho para a literatura nacional de Angola: a esta publicação, seguiu-se, em 1878, um primeiro jornal com título em língua nativa, o *Mukuarimi* (1878) que, em português, significa *linguareiro, falador, maldizente...* Outro português, Alfredo Trony, bacharel em Direito por Coimbra, publicou, em folhetins, na imprensa lisboeta, a novela *Nga Muturi*, descoberta só quase um século depois, hoje editada em livro, em Portugal¹³. Em Luanda, ele fundou e dirigiu o *Jornal de Loanda*, pelo qual respondeu até sua morte, em 1904.

Gradualmente, configurava-se, assim, uma consciência nativista, com o aparecimento de jornais como *O Brado africano* (Hohlfeldt, 2010) e o nativo *Muen'exi* (1889). Toda uma

13 Trata-se das Edições 70, de Lisboa.

primeira geração de escritores, dentre prosadores e poetas, vai-se constituindo através das páginas de publicações periódicas, até se chegar à segunda geração, logo nos albores do século XX e, dali em diante, aos demais nomes referenciais, como o de Luandino Vieira (Macêdo et Chaves, 2007). Moçambique, “devido à situação no Índico que envolveu uma antiqüíssima ligação à Ásia Ocidental e ao Islão, anterior à presença portuguesa, queda um tanto excêntrico a esta constelação atlântica” (Apa, Barbeitos & Dáskalos, 2003, p. 17). Não obstante, sua imprensa propiciou também o aparecimento dos primeiros escritores, inclusive João Albasini, por exemplo, mulato editor de *O Brado Africano* que, em 1924, pouco antes de sua morte, publica o livro de poemas *O livro da dor*, único que produziu, mas que abre os caminhos para outros estreantes, como o pioneiro José Craveirinha, que haveria de marcar toda a literatura de seu país, até o nome contemporâneo de Mia Couto (Macêdo & Maquêa, 2007).

Cabo Verde goza de uma situação à parte: sendo uma nação que se constituiu artificialmente, pois o arquipélago era totalmente desabitado até a chegada dos portugueses, no século XV, recebeu colonizadores brancos e escravos negros. Da mescla, surgiu uma cultura e uma nacionalidade que se expressa no *criolle*. A riqueza desta literatura oral acabou influenciando forte e positivamente a criação literária escrita, desde a chamada geração de *Claridade* — *Revista de Arte e Letras* (1936). Observe-se que já se está a falar do século XX, antecipado pelo poeta Jorge Barbosa, que editava, um ano antes, a coletânea *Arquipélago* (Santilli, 2007). A revista cumpria a função estratégico-cultural de redescobrimto de uma identidade: talvez, na linha de Benedict Anderson, uma *comunidade imaginada* (1983). Esta influência se reflete inclusive na literatura metropolitana.

Reafirmam-se, pois, aqui, as estreitas relações entre o jornalismo e a literatura, existentes desde, pelo menos, o Romantismo: o jornalismo permite a sobrevivência profissional do escritor e, ao mesmo tempo, divulga sua obra, popularizando-a.

5. Outros médias

A partir do final do século XIX, a imprensa informativa vai conviver com outros médias que vão surgindo no Velho Continente e acabam por chegar às colônias. É o caso do telégrafo, mas principalmente do cinema. A partir dos anos 1920, será a vez do rádio.

No caso do telégrafo, este aparelho vai agilizar a recepção das informações oriundas da metrópole: são raros, contudo, os jornais que podem tê-lo em suas redações. Também a maior parte das administrações coloniais não dispõe desta tecnologia, restrita a algumas empresas internacionais que se transformam, então, em fontes informativas dos jornais que, por seu lado, retransmitem as novidades a seus leitores.

No caso do cinema, os jornais ocupam-se fielmente em antecipar os filmes a serem projetados nas salas já existentes nas cidades, em especial nas capitais provinciais, como Luanda ou

Lourenço Marques. À medida em que a imprensa periódica alcança novas conquistas, como o clichê de imagens, os cinemas passam a estampar *réclames* de suas atrações nas páginas dos jornais e, já nos anos 1940, chegamos à edição de revistas especializadas na Sétima Arte. De modo geral, o cinema foi introduzido, enquanto *lanterna mágica*, em Angola, logo nos primeiros anos do século XX (Gonçalves, 1964, p. 74), graças aos sacerdotes missionários; em Bissau, em 1929 (Gonçalves, 1966, p. 113), ao mesmo tempo que em Cabo Verde; em Moçambique, por volta de 1910, bastando que se consultem, para confirmá-lo, os jornais da época, e não apenas em Lourenço Marques, a capital. Tais jornais divulgam semanalmente a programação dos cinemas de então, como o Varieté, o Gil Vicente (que era, também, teatro) e o Scala:

Dois italianos instalados em Lourenço Marques, Pietro Bufa Buccelato, empreiteiro, e Angelo Brussoni, comerciante, inauguram, na Rua Araújo, a sala Varieté, em 16 de julho de 1910: (...) o ringue de patinagem do Varieté é modificado, com a construção, no primeiro andar, duma sala onde se podem realizar espetáculos cinematográficos. Daí a transformá-lo num teatro, é um outro passo (...). Em 1913, Manuel Augusto Rodrigues abre o seu novo teatro em Lourenço Marques. Os habitantes portugueses da cidade pedem-lhe para encontrar para a sua sala um nome adequado. Como bom patriota português, escolhe o nome de Gil Vicente (Convents, 2010: 54 e 55).

O Varieté é um cinema-teatro com 1083 lugares, enquanto o Gil Vicente possui 872 poltronas, números surpreendentes para a época, mas que evidenciam a popularidade da nova tecnologia.

O rádio teve sua introdução decidida quase que como um caso de manutenção da independência e da autonomia das então colónias de expressão portuguesa. No caso de Moçambique, os habitantes costumavam ouvir as emissoras que emitiam desde o Transvaal (hoje África do Sul), em idioma inglês e sob perspectiva diversa daquela que interessava ao governo lusitano. Assim, em 1933, foi fundado o Grémio dos Radiófilos que daria, posteriormente, origem à Rádio Clube Moçambique. Após a independência, a programação da emissora foi inteiramente reformulada, mas a Rádio Clube continua sendo a principal emissora nacional, emitindo em vários idiomas nativos e buscando cobrir o mais possível o território nacional (Gonçalves, 1965, p. 110 e seguintes).

Em Angola, terá sido provavelmente a Rádio Clube de Angola (1938) a pioneira (Gonçalves, 1964, p. 77). Em Cabo Verde, a introdução das emissões radiofónicas se deu mais tarde, em 1945, graças à Rádio Clube de Cabo Verde (Gonçalves, 1966, p. 187); um ano antes, ocorrera o início das transmissões da Emissora da Guiné (Gonçalves, 1966, p. 116); já em São Tomé, o rádio começou em 1925, graças à instalação de um cabo submarino, em funcionamento desde 1886, mas só em 1949 surgiu a Rádio Clube São Tomé: fica claro, para o pesquisador que, em boa parte desses territórios, o surgimento do rádio tem a ver com a II Grande Guerra e refere-se à criação de salvaguardas para a auto-defesa dos territórios por parte das autoridades portuguesas.

É interessante, em todo o caso, verificar-se o quanto o rádio acabou se aproximando e auxiliando à imprensa em sua missão informativa, tornando-se, muitas vezes, sua fonte primeira, ao mesmo tempo em que era divulgado por essa mesma imprensa: houve, inclusive, publicações impressas especializadas, como a *Rádio Clube* (1935) e a *Q.R.V* (1938), etc. (Gonçalves, 1965, pp. 125-126; Hohlfeldt, 2013). O que, nestes estudos, diz respeito a Moçambique, pode ser generalizado para as demais antigas colónias, com o destaque para o papel estratégico que o rádio representou, ao longo das guerras de independência, nos anos 1970, para todos aqueles grupos revolucionários que atuavam, quer em Cabo Verde e Guiné Bissau, quer em Angola ou em Moçambique.

A televisão, por seu lado, iniciou-se em décadas mais recentes: de modo geral, este processo se deu apenas após a independência das antigas colónias, eis que a legislação portuguesa garantia à RTP — Rádio Televisão de Portugal o monopólio de transmissões para todo o país e suas colónias (considerados *territórios ultramarinos* do país, pela legislação salazarista). Em Moçambique, a televisão surgiu enquanto Televisão Experimental de Moçambique (1981), que hoje emite nacionalmente através de satélite; em Angola, a partir de 1975: os estudos para a instalação da emissora, contudo, vinham desde 1973: após a independência, trocou-se a expressão *portuguesa* por *popular*, como melhor convinha ao novo status da nação; em Cabo Verde, passou a funcionar apenas em 1984; a de Guiné Bissau, em 1988, e assim por diante.

Boa parte dessas emissoras, como é o caso de Angola, já vem buscando a digitalização, inclusive com o auxílio tecnológico, dentre outros, do Brasil.

A presença da RTP África, que é um canal específico da Rádio Televisão de Portugal para o continente africano, emite desde Lisboa, mas mantém equipas nos territórios do continente negro: volta e meia, contudo, elas enfrentam episódios de censura, suspensão de atividades ou até mesmo pura e simples proibição, como vem ocorrendo com a emissora em Guiné Bissau, depois de um recente golpe de estado.

A difusão da imprensa, através das colónias de expressão portuguesa, não impediu que o antigo império fosse gradualmente dizimado, desde os acontecimentos de 1891 a 1894, em que Portugal não conseguiu concretizar o almejado *mapa cor de rosa*, unificando suas colónias de costa a costa, através da aproximação entre Angola e Moçambique. Mas certamente foi e tem sido a imprensa, mais que qualquer outro média, que garantiu certa unidade linguística a essas antigas colónias, não na mesma proporção e nem com a mesma eficiência que ocorreu com o Brasil, mas com um resultado bastante significativo e alentador, se considerarmos que o português é o idioma oficial de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau, Timor e tantos outros territórios de antigas colónias. Bem ou mal, e muito depois da queda do sistema colonialista que a ditadura salazarista tentou manter em vão, a comunidade lusófona é a quinta maior comunidade do mundo, com mais de 250 milhões de falantes, sendo o idioma oficial de nove nações, o que constitui hoje em dia a CPLP — Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Examinemos, a partir de agora, as histórias específicas desses jornalismo. Vamos seguir uma cronologia de seus surgimentos e, assim, devemos começar pelo Cabo Verde.

6. O jornalismo em Cabo Verde — No começo, a imprensa oficial

No ano de 1836, o Marquês de Sá da Bandeira, Bernardo Sá Nogueira, determina, através do artigo 13º do Decreto de 7 de dezembro, que se criem, nas possessões ultramarinas, publicações que transmitam informações necessárias aos residentes das respectivas colônias, em âmbito legal, comercial e geral (Lourenço, in Hohlfeldt, 2009). Neste contexto, a primeira tipografia da colônia de Cabo Verde foi enviada pelo Ministério da Marinha e Ultramar português, no ano de 1842, quando então começou a funcionar na ilha da Boa Vista, a Typographia Nacional (Gonçalves, 1966).

O início da imprensa periódica em Cabo Verde ocorre com a publicação do primeiro número do *Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde*, que circulou no arquipélago com a data de 24 de agosto de 1842. Tal exemplar era composto de quatro páginas, divididas em duas seções: “Interior” e “Exterior”. Esta última se detinha nas notícias vindas do estrangeiro, registrando-se resumos do que era apresentado em folhas de Portugal, França e Inglaterra, chegadas ao arquipélago “pela última embarcação” — denotando a intenção informativa do *Boletim* (Gonçalves, 1966). Neste sentido, repete os procedimentos comuns aos séculos XVIII e XIX.

A seção “Interior” compreendia duas partes, designadas *oficial* e *não oficial*. Na primeira edição, a *parte oficial* apresenta um diploma relativo às eleições para deputados da metrópole, enquanto a *não oficial* continha uma espécie de programa ou *manifesto* do jornal, explicando que o *Boletim* se encarregaria de publicar “Ordens e Peças Officiais do Governo da Província, e bem assim as Leis especiais, e os extractos dos Decretos Regulamentares enviados pelo respectivo Ministério aos governos do Ultramar”, e que também notícias marítimas, preços correntes, informações estatísticas, entre outras, teriam guarida no periódico (Gonçalves, 1966, p.143).

Na parte *não oficial*, o redator detinha-se em exaltar os benefícios que traria à população cabo-verdiana tal publicação:

Raiou felizmente para esta Província uma nova era de ilustração; o Governo de Sua Magestade sempre sollicito pelo bem dos súbditos da mesma Augusta Senhora [D. Maria II] não podia por mais tempo consentir que continuasse a ignorância em que o povo de Cabo Verde se achava engolfado. Já agora temos entre nós a Imprensa, este grande vehiculo das luzes e da sciencia; já agora não será esta província governada por disposições que, pela maior parte ficam sepultadas nos archivos das Câmeras Municipais, onde ninguém as ia ler, ou só eram conhecidas por cópias adulteradas pela

ignorância: parabéns, pois, Cabo-Verdianos! livres pela civilização dos nossos irmãos da Europa, vós ides dever a vossa civilização à Liberdade que a não ser Ella, ainda hoje se não teriam rasgados as densas nuvens do obscurantismo que ennegreciam esta Província (*Boletim Oficial*, 1842, citado em Gonçalves, 1966, p. 143).

A periodicidade do *Boletim Oficial* só se fixou a partir de sua edição 33, datada de 27 de maio de 1843, quando passou a ser publicado semanalmente, aos sábados. Antes daquele período, o local desde onde se editava o boletim variava conforme a residência do Governador Geral, ora na localidade de Boa Vista, ora na Vila da Praia, tendo sido impresso também na ilha Brava (Gonçalves, 1966). É interessante apontar que, até 1880, este boletim servia igualmente à Guiné Portuguesa, só deixando de abranger aquela região quando houve a desanexação da Guiné do governo da colônia de Cabo Verde, em 1879.

7. Situando o arquipélago: Geografia e história

O Cabo Verde é um arquipélago que se situa na zona tropical do Oceano Atlântico norte, distante cerca de 450 a 500 quilômetros da costa africana, na altura do atual Senegal — mais precisamente, na posição cartográfica entre as latitudes de 14° 23' e 17° 12' Norte e as longitudes de 22° 40' e 25° 22' Oeste. São dez ilhas e cerca de cinco ilhotas de origem vulcânica, que somam uma área total de 4033,37 km² de terras emersas (Amaral, 1991). Estas dez ilhas são divididas em dois grupos, as de Barlavento — Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista — e as de Sotavento: Maio, Santiago, Fogo e Brava. Esta divisão, que usa termos náuticos, é feita com base no posicionamento das ilhas em relação à disposição do arquipélago e os ventos que o acometem. Denomina-se *barlavento* o lado do barco, no caso, do arquipélago, que recebe o vento — as ilhas ao norte e leste; já *sotavento* é o outro, o lado que *solta* o vento, as ilhas cabo-verdianas ao sul do arquipélago.

Minado de controvérsias até os dias atuais, sobre as que não cabe aqui a discussão, o descobrimento do arquipélago, segundo autores utilizados como referência para este texto, deu-se a partir da ilha de Santiago, assim nomeada, supostamente por ter sido avistada pela primeira vez em 1º de maio de 1460, pelos navegadores Diogo Gomes e António da Noli. Segundo Albuquerque (1991, p. 36), “o descobrimento ter-se-ia dado (...) no dia 1º de maio de 1460, pois se sabe que ele ocorreu quando D. Henrique ainda vivia e só com o descobrimento naquele dia se justificará o nome dado à massa insular encontrada”, sendo este, à época, o dia de São Tiago para os católicos.

No feito, ambos navegadores estavam a serviço da coroa portuguesa quando, cada um em sua embarcação, avistaram “ilhas no mar”, ou seja, parte do que é o atual Cabo Verde. Já idoso, provavelmente nos três últimos anos do século XV, o navegador Diogo Gomes

compartilha com Martin Behaim o relato que, depois, foi registrado em manuscrito, por Valentim Fernandes, onde conta como sucedeu sua chegada à ilha de Santiago:

[...] Como a minha caravela era mais veleira do que a outra, cheguei primeiro a uma daquelas ilhas. Vi areia branca e pareceu-me um bom porto, onde fundeei e o mesmo fez António. Disse-lhe que queria ser o primeiro a ir a terra e assim fiz. Não vimos ali sinal algum de homens, e chamamos a ilha Santiago; assim se chama até hoje (Albuquerque, p. 35).

O arquipélago, a época de seu *achamento*, como dizem os portugueses, não aparentava maior atrativo de povoamento, a não ser pela sua posição no Oceano Atlântico: defronte à Guiné, na época, também colónia portuguesa, qualificava-se para ser utilizado como base para o comércio com o continente (Costa e Silva, p. 232). Com a chegada dos europeus à América do Sul, Cabo Verde tornou-se uma importante escala transatlântica e também a feitoria mais segura — justo por ser um arquipélago sem população nativa — para o comércio de escravos, tanto para portugueses, quanto para espanhóis, bem como entreposto para navios que ligavam Portugal ao Brasil (Costa e Silva, 2002, p. 232).

A princípio, a população cabo-verdiana foi formada por degredados, condenados e indultados portugueses, judeus ibéricos expulsos e fugidos, mercadores de escravos e aventureiros e exploradores de diferentes nacionalidades que o visitaram (Santilli, 2007). Na época, costumava-se sair de sua terra natal para melhorar de vida e, se possível, enriquecer, ou seja, ter acesso ao ouro, o que tirava o árido arquipélago do destino de tais indivíduos ambiciosos e aventureiros, pois lá viveriam de plantios e criações, limitados pela geografia (Costa e Silva, 2002).

Por isso mesmo, e com o objetivo de estimular o povoamento da ilha de Santiago, o governo português tornou pública uma carta régia, em 12 de junho de 1466, pela qual concedia a seus moradores autorização para comerciarem na Costa da Guiné, o que representava grande privilégio, dado que as atividades comerciais nos litorais africanos eram de exclusividade régia, permitidas apenas com licença da coroa portuguesa (Costa e Silva, 2002, p. 233).

Assim, os escravos embarcados na Guiné foram de suma importância para o crescimento da população, pois estes eram trocados por bens vindos da Europa, no porto da Ribeira Grande, ilha de Santiago, abastecendo, então, de alimentos, bebidas, ferramentas e tecidos os moradores da colónia. Foi tão importante esta permissão de negócios com a costa africana, que Alberto da Costa e Silva defende que “o comércio com a Guiné povoou Santiago. De europeus e de africanos” (2002, p. 233).

8. Primeiras publicações periódicas não oficiais

Tanto quanto seu descobrimento, a definição sobre qual foi o primeiro periódico não oficial de Cabo Verde é motivo de dúvidas e divergências entre autores que se acercaram do tema. José Júlio Gonçalves discute duas hipóteses: a primeira é defendida por A. X. da Silva Pereira, que aponta o jornal *A Justiça*, cuja primeira edição diz ter circulado na Cidade da Praia, em 17 de abril de 1876, como a publicação pioneira, composta e impressa em Cabo Verde. Porém, esta hipótese é logo refutada por Gonçalves, pois não aparece compartilhada por outros autores e também “carece de fundamento”, ao ter-se descoberto um exemplar do referido jornal — que apresenta na capa de sua primeira edição a data 17 de abril de 1881 (Gonçalves, 1966, p. 148).

A segunda hipótese é apresentada por Mimoso Moreira, e também anteriormente divulgada por A. X. da Silva Pereira, é tida como a mais provável, “a que nos afigura mais documentada”, afirma Gonçalves. O consenso, então, define que o primeiro jornal não-oficial publicado em Cabo Verde se denominava *Independente*, e apareceu na Cidade da Praia, em 1º de outubro de 1877, quase 40 anos após a edição inicial do *Boletim Oficial*. Segundo Mimoso Moreira, em seu primeiro editorial, a publicação revelava doutrina liberal e permanecia ainda em circulação em 1889 (Pereira, 1895).

O segundo jornal independente, a ser editado em Cabo Verde, é unanimidade para três autores: Brito Aranha, Silvo Pereira e Mimoso Moreira. Chamava-se *Correio de Cabo Verde* e, segundo Silva Pereira, era um “semanário noticioso, literário e político, dedicado aos interesses da província”, tendo circulado pela primeira vez na Cidade da Praia, a 19 de fevereiro de 1879 (Gonçalves, 1966, p. 149).

O ano de 1880 apresenta três novos jornais na colônia: *O Echo de Cabo Verde* (abril), *A imprensa* (outubro) e *Cidade da Praia*; os três estão localizados na Praia. A estes periódicos se seguiram logo outros, a exemplo do já citado *A Justiça* (17/04/1883) e também *O Protesto* (04/02/1883), *O Povo Praiense* (13/06/1886), *O Praiense* (1889) e *Praia* (1889) (Gonçalves, 1966). Brito Aranha traçaria, em 1885, um primeiro quadro cronológico comentado sobre a imprensa de Cabo Verde, que se faz interessante reproduzir:

1. *Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde*. Cidade da Praia, 1842;
2. *Independente*. Político. Cidade da Praia, 1877;
3. *Correio de Cabo Verde*. Político e noticioso. Cidade da Praia, 1879;
4. *Echo de Cabo Verde*. Político e noticioso. Cidade da Praia, 1880;
5. *Imprensa*. Comercial, industrial e noticioso. Cidade da Praia, 1880;
6. *O Protesto*. Político. Cidade da Praia, 1883, (Gonçalves, 1966).

Como se vê, todas as publicações circulavam exclusivamente a partir da localidade da Praia.

9. O século XX, a imprensa periódica e a difusão da cultura

Segundo José Julio Gonçalves, “no dealbar do século XX, a tendência para dotar Cabo Verde de órgãos de imprensa adequados parecia um pouco esbatida” (1966, p. 152). Mas, na verdade, o que se observa, com o correr do século, é que, no início, “estava em forja” um grupo interessado em não só retomar o interesse pela comunicação impressa, jornalística, porém buscar meios mais apropriados para difundir a cultura cabo-verdiana.

Intelectuais que queriam fixar em letra de forma uma literatura que existira até então apenas na oralidade, e que estavam dispostos a se comunicar, que desejavam informar e ser informados, tomou iniciativas importantes. Surgem, assim, algumas publicações de destaque, a partir da década de 1920. Em 1924, aparece o jornal patriótico comemorativo *Vasco da Gama*, e nove anos depois, o quinzenário *Defesa*, seguido, após um mês, por outro quinzenário, o regionalista *Ressurgimento*, publicado na ilha de Santo Antão, a 19 de dezembro de 1933. Este último era dirigido por R. Nobre de Melo e iniciava uma prática que se mostrou comum entre estes intelectuais, a de formar grupos e, através deles, gerir suas publicações — este primeiro atendia pelo nome de “Grupo Ressurgimento” que, segundo Gonçalves, era “designação, por sinal, muito significativa” (1966, p. 152).

Já no Mindelo, ilha de São Vicente, em março de 1936, circula o primeiro número de *Claridade*, “revista de arte e letras”, como se designa o periódico em seu subtítulo. Dirigida pelo escritor Manuel Lopes, a publicação se dizia de propriedade do Grupo Claridade, o qual, pelo tempo e pela importância que a publicação representou à comunicação e literatura de Cabo Verde, levou à designação de seus participantes como *claridosos*. Tal revista teria se inspirado no sonho de Jaime de Figueiredo e sua não concretizada revista *Atlanta* (Ferreira, em Gonçalves, 1966), para veicular as principais idéias daquela comunidade, através da literatura impressa. Um dos fundadores da revista *Claridade*, Baltasar Lopes da Silva, relembra, quando se deu a celebração do cinquentenário de aparecimento da revista, que o arquipélago estagnara seu desenvolvimento na década de 1930, sendo esta uma preocupação longamente alimentada pelo grupo, que estava “em nítida posição contestatória perante a orientação política” que a colônia de Cabo Verde assumira em tal período (Santilli, 2002, p. 17).

Embora alcançando apenas nove edições, guardando uma periodicidade irregular, a revista *Claridade* abriu caminho para um novo posicionamento do cidadão cabo-verdiano dentro de sua conjuntura, fazendo-se importante, não somente por dar espaço à produção literária local, como também por estimular e mostrar, para a população, que eram eles cidadãos de uma pátria única, e que sobre ela deveriam refletir.

Ainda na década de 1930, publicou-se o quinzenário *Notícias de Cabo Verde*, dirigido por Manuel Joaquim Mouta e que, segundo Gonçalves, “passou vicissitudes várias”, mas do qual não encontramos outras informações (p. 153).

A Segunda Guerra mundial impôs aos moradores do arquipélago problemas de sobrevivência, não só aos menos afortunados, mas também à elite cultural e suas atividades. Já a ditadura do Estado Novo salazarista tornara as coisas muito difíceis para quem quisesse se expressar livremente. Graças a tais contextos, somente em 1944 ocorrerão outras iniciativas tão significativas em conteúdo quanto a dos grupos Ressurgimento e Claridade.

Foi de dentro do Liceu de São Vicente que saiu a revista *Certeza*, que trouxe alma nova à vida intelectual das ilhas, através dos anseios e ideais de alunos engajados. Gonçalves observa que Cabo Verde possuía, a época da publicação das revistas e de seu livro, uma aristocracia intelectual formada exclusivamente nos liceus locais e nas universidades metropolitanas (1966, p. 153).

Ainda que providos de poucos recursos técnicos, os intelectuais cabo-verdianos estavam sempre buscando novos meios de comunicação e expressão, e é dessa inquietude que surge, em 1949, o boletim *Cabo Verde* (Ferreira, em Gonçalves, 1966). Ainda que com uma periodicidade falha, em 1958 o boletim começa a publicar o seu “Suplemento Cultural”.

Assim, uma característica desse período serão as publicações dos liceus. Em 1959, no Mindelo, ilha de São Vicente, iniciou-se a edição do *Boletim dos Alunos do Liceu Gil Eanes*, a que se seguiu, em 1966, na Cidade da Praia, ilha de Santiago, a circulação do jornal escolar *Mais Além...* dos alunos do Liceu Adriano Moreira. Nenhum atingiu o nível de significação da revista *Certeza*, já citada, mas o importante aí é observar o interesse do cabo-verdiano em, desde cedo, buscar meios de comunicar-se e expressar-se em sua sociedade, que carecia de tais meios e mídias.

À parte estas manifestações que, em sua maioria, utilizavam a literatura para abordar temas sociais e da atualidade, bem como expressar opiniões pessoais, Cabo Verde careceu de publicações voltadas à informação, ao jornalismo propriamente dito. O jornal *Notícias de Cabo Verde* que, mesmo respeitado, tinha periodicidade irregular, e os jornais vindos da Metrópole, devido à falta de meios modernos de comunicação, chegavam em sua maioria defasados: mas eram os únicos veículos voltados à informação a que os cabo-verdianos tinham acesso (Gonçalves, 1966).

Este panorama tem uma melhora com a criação, em agosto de 1962, na Cidade da Praia, do jornal *O Arquipélago*. De periodicidade regular e cunho informativo, o jornal nasceu da preocupação do então Ministro do Ultramar com tal carência, dentre as publicações cabo-verdianas (Gonçalves, 1966).

Além dos periódicos citados ao longo deste texto, sabe-se que circularam no Cabo Verde outros títulos jornalísticos, mas que a bibliografia consultada não chegou a registrar no tempo, como a *Revista de Cabo Verde*, os jornais *Futuro de Cabo Verde*, *Voz*, *Ação e Progresso* (Gonçalves, 1966).

Dito isto, reconheça-se, igualmente, que a escassez de periódicos publicados no arquipélago jamais impediu, contudo, a sua valorização, como se pode depreender desta passagem

do singelo e até ingênuo poema “Um apelo”, de José Lopes, escrito em comemoração ao segundo ano de publicação da revista *Cabo Verde* que, ao mesmo tempo em que festeja o jornal, reconhece os desafios que a ilha enfrenta:

Um povo sem jornais é um corpo semi-morto,/ Uma nau que sem leme em vão demanda um porto/
Aos furiais vaievéns dum tormentoso Oceano/ Será um povo escravo e nunca soberano,/ E
hoje, mais que jamais, a única homenagem/ Que se pode render-lhe, é chamar-lhe selvagem.../
O homem dum povo tal é meio ser humano./ Não sejas tu assim, Irmão Caboverdiano!/
Membro dum povo bom, inteligente e culto,/ Tens por irmãos de Raça, homens de grande vulto./ Fui, sou teu professor. Dirijo-te este apelo/
Na certeza de que és capaz de compreendê-lo./ Sabes ler e escrever. Ama, pois, o jornal!/
Não pode haver maior prazer espiritual./ Mas, ai! posso afirmar que em tal ou tal sentido,/ Invés de progredir, temos retrocedido...

9. O nascimento de Angola e sua imprensa

A imprensa em Angola surgiu no século XIX, como consequência, como se viu anteriormente, de uma decisão do governo colonial que, até então, sempre interditará tal iniciativa, e se concretizou a partir de um boletim oficial que logo abriu caminho para publicações ditas independentes.

O continente africano é considerado o berço da humanidade. O atual território de Angola foi habitado, segundo historiadores, desde o período do Paleolítico Superior. Tratava-se de povos coletores, os chamados Bosquímanos, pigmeus, que deixaram seus traços por meio de pinturas rupestres. Seus descendentes, contudo, tiveram seus territórios invadidos e foram empurrados para o sul, pelos bantus, provindos do norte, no século VI d.C. Esses eram caçadores e já dominavam algumas técnicas de metalurgia, cerâmica e agricultura. Ao longo da história angolana, houve sucessivos movimentos de migração semelhante, inclusive durante o século XX, sem que esses novos movimentos modificassem, essencialmente, aquilo que se configurara nos séculos anteriores, pelo menos até o século XIII. A chegada dos europeus colonizadores ocorreu a partir de uma expedição de Diogo Cão, em 1482, a mando do rei Dom João II, de quem ele era escudeiro. Diogo Cão desembarcou na foz do rio Congo, atual Zaire.

Por volta de 1400, organizara-se o Reino do Congo, ao mesmo tempo em que, ao sul, estruturava-se o Reino do Ndongo. O rei do Congo era chamado de Mani, enquanto o rei de Ndongo denominava-se Ngola. Embora os portugueses tenham se estabelecido originalmente na região do Congo, de etnia kumbundi, foi do reino de Ngola que a região herdou sua denominação geográfica de Angola.

Diogo Cão foi bem recebido. Logo o rei local se converteu ao cristianismo e firmou tratados comerciais com o rei de Portugal, adotando divisão política do território semelhante à da metrópole.

O primeiro governador lusitano da região foi Paulo Dias de Novais, que procurou explorar o território agricolamente. Mas a conquista do sul foi difícil, sobretudo durante o reinado da rainha Njinga Mbandi (1581-1663), conhecida como Rainha Jinga, que formou uma verdadeira confederação contra os lusos, a partir de 1635. Os portugueses, liderados por Manuel Cerveira Pereira, conseguiram vencer os nativos, sucessivamente, em 1665 (Congo), 1671 (Ndongo) e 1681 (Matamba), fundando Benguela que, com Luanda, estabelecida ao norte do território, tornar-se-ia ponto de referência para o comércio, em especial, o tráfico de escravos.

Durante a ocupação filipina de Portugal (1580-1640), os holandeses, a exemplo do que fizeram com o Brasil, invadiram a região, em 1641, ocupando boa parte do litoral, mas foram expulsos em 1648, por uma expedição organizada na colônia sul-americana (não esquecer que, no Brasil, os holandeses haviam sido derrotados em 1645), chefiada por Salvador Correia de Sá, na batalha do forte Massango (Ponte, 2011; Gonçalves, 1964)¹⁴. No início do século XVIII, enfim, Portugal já dominava completamente a região. De modo geral, os historiadores dividem a história angolana em quatro grandes períodos: o da pré-história; o período pré-colonial, iniciado com a chegada dos bantus e que vai até a presença dos portugueses, ambos aqui mencionados rapidamente; o período colonial, que se desenvolve até 1975, e o período independente, que é o atual.

Quanto à era colonial, ela é subdividida em a) época da conquista portuguesa, até o século XVIII; b) época do tráfico, que se desenrola até 1888, com a promulgação da Lei Áurea no Brasil, estancando formalmente o tráfico, embora ainda se enviassem muitos negros para os Estados Unidos; e c) época da exploração dos produtos coloniais, como mel, borracha, açúcar, café, algodão, tabaco, milho, diamantes, ferro e petróleo, que se encerra com a independência (Ponte, 2011).

11. A comunicação durante o momento colonial

A Comunicação define-se por diversas interfaces. Na África, suas características englobam os elementos daquelas culturas autóctones. A população desenvolvera, segundo seus costumes, diferentes modos de se comunicar, por sinais, cantos e gritos, entre outros: ocorria,

¹⁴ Além dos textos de Helder Fernando do Pinto Correia Ponte e de J. J. Gonçalves, mencionados acima, consultaram-se diferentes arquivos da rede internacional de computadores, que vão mencionados nas referências bibliográficas, consolidando-se dados para esta síntese.

pois, a transmissão verbal, direta, ou por estafetas; a transmissão mímica; a transmissão ideográfica; a transmissão sônica, e pouco mais, devendo creditar-se, portanto, à ação europeia, a introdução de novos processos (Gonçalves, 1964).

As regras básicas da colonização, estabelecidas desde a metrópole, eram monolíticas, como já se afirmou antes (Hohlfeldt, 2008). Essa ideia geral é, por vezes, contestada por alguns historiadores, como se verifica no texto de Maria da Conceição Neto (1997), para quem a administração portuguesa teve um tratamento diferenciado entre as colónias.

Seja como for, enquanto Portugal experimentou sua primeira imprensa em torno de 1626, a primeira máquina em Angola foi adquirida por Joaquim António de Carvalho Menezes, nato do país, apenas em 1842. Enviada para Luanda, de navio, *curiosamente* o barco afundou, aparentemente por orientação da metrópole (Gonçalves, 1964). Em 1845, o Governador Geral, Pedro Alexandrino da Cunha, importa outra prensa, e a partir de 13 de setembro de 1845, sob o signo da oficialidade, publica-se o primeiro periódico angolano, o *Boletim Oficial*, na capital, Luanda.

Alguns autores, como Licurgo Costa e Barros Vidal e Lawrence Hallewell, afirmam que, nos séculos XVI e XVIII, já teria existido algum prelo em Angola (Queiroz, 2010)¹⁵. Para Barros Vidal, seriam dois prelos, instalados, respectivamente, em Luanda e em São Salvador do Congo (Mbanza Kongo). No caso de Hallewell, a referência seria quanto aos primeiros jesuítas que, a exemplo do que fora praticado em Goa e Macau, teriam levado consigo um prelo. Contudo, reconhece ele, nenhum pesquisador ou historiador até hoje, em especial Júlio de Castro Lopo, que é o grande estudioso do desenvolvimento da imprensa em Angola, conseguiu comprovar a veracidade de tais informações ou encontrou provas documentais que sustentassem tais hipóteses.

No caso de Lopo, ele divide a história da imprensa angolana em três fases:

- a) fase da imprensa oficial, a partir de 13 de setembro de 1845, quando circula a primeira edição do *Boletim Oficial*;
- b) fase da imprensa independente, a partir de 1852, quando se faz a edição única do *Almanak Estatístico da Província d' Angola e suas Dependências*, seguindo-se o jornal literário *Aurora*, de 1856 e, enfim, o primeiro jornal político de combate ao colonialismo, *A civilização da África portuguesa*, dos advogados António Urbano Monteiro de Castro e Alfredo Júlio Côrtes Mântua. Esse jornal abriu a série de periódicos eminentemente políticos que se seguiriam; a esse tipo de imprensa, alguns estudiosos denominam de *imprensa livre* (Cruz e Silva, 2010);

15 Arthur Queiroz refere-se à obra *História e evolução da imprensa brasileira* (1940), de Licurgo Costa e Barros Vidal, editada no Rio de Janeiro, e Laurence Hallewell (1982), traduzida no Brasil.

- c) fase da imprensa industrial ou profissional, a partir de 16 de agosto de 1923, quando começa a circular o jornal *Província de Angola*, fundado por Adolfo Pina, ainda que o primeiro jornal com tais características tenha sido o *Jornal de Benguela*, de 1912, criado por Manuel Mesquita, primeiro a possuir tipografia própria. É importante, nesta fase, também, a contribuição de Alfredo Troni, que editou, sucessivamente, três periódicos, *Jornal de Luanda* (1878), *Mukuarimi* (1888) e *Conselhos de Leste* (1891), sendo que *Mukuarimi* foi o primeiro a utilizar uma expressão angolana, que queria dizer *o maldizente, o fofoqueiro*;
- d) por outro lado, Hohlfeldt (2009) defende que é necessário considerar uma quarta etapa, posterior aos acontecimentos do 25 de abril de 1974, que se desdobraram e se concretizaram em projetos independentistas das até então colónias, com conseqüências mais do que evidentes.

Fica claro, a partir desses estudos, que a relação entre Jornalismo, Literatura e militância independentista, frente a Portugal, caminham juntos nos países africanos de língua portuguesa, especialmente em Angola.

No entanto, durante séculos, o interesse pela província de Angola foi muito reduzido entre os metropolitanos. Portugal estava mais preocupado com o Brasil, por exemplo. Antes de 1845, data do nascimento do primeiro periódico daquela colónia, apenas se assinala a presença de publicações recebidas da metrópole ou do estrangeiro, em Angola, publicações essas levadas pelos missionários, pelos holandeses que ocuparam Luanda ou pelos escassos colonos que ali fixavam morada (Gonçalves, 1964).

Com o passar do tempo, e sobretudo depois da invasão dos holandeses à região, a presença portuguesa em Angola foi ganhando expressão: novos colonos, mais investimentos e, conseqüentemente, mais raízes humanas e económicas.

O Boletim Oficial de Angola

A primeira edição do *Boletim do Governo-Geral da Província de Angola* apareceu no dia 13 de setembro de 1845. Com sua circulação, dava-se cumprimento ao disposto no decreto de 7 de setembro de 1836, que ordenava se publicar em todas as províncias boletins oficiais, sob a inspeção de cada governo local (Lopo, 1964).

O *Boletim Oficial de Angola*, como de resto se verificou com alguns dos publicados em outras províncias, com exceção de Goa, foi, no início, o único órgão de Comunicação social existente. Por isso mesmo, além das disposições legais, divulgava também notícias e anúncios (Lopo, 1964), que se exteriorizavam em prosa literária e em versos de maior ou menor inspiração, ou de ideais sonhados:

Onde a onde [sic], até grave magistrado judicial publicava uma poesia no Boletim Oficial, largando a toga de juiz para dedilhar a lira dos poetas

.....

Até aqueles que tenham o gosto de saber de certos pormenores da vida social desses tempos, encontrarão na folha governamental a reportagem do crime, bizarros anúncios particulares e comerciais, notícias e críticas teatrais, bem como notícias da chamada nossa senhora sociedade [...] (Lopo, 1964).

No órgão oficial, de acordo com Júlio Castro Lopo (1964), divulgavam-se avisos de rifas de objetos que, entre si, organizavam os moradores de Luanda; declarações de credores a ameaçarem os devedores, a quem indicavam por iniciais e apelidos, com a promessa de o fazerem depois no *boletim oficial*, com os respectivos nomes por extenso, se não solvessem as dívidas reclamadas por meio da imprensa; participações de casamentos, nascimentos e óbitos; declarações de comércio ao público geral, etc; avisos de partidas e chegadas de navios e outras embarcações; avisos de pessoas partindo para o Reino ou para o Brasil, que assim se despediam de conhecidos e amigos, constituíam também seu conteúdo.

Para tudo prestava ou parecia se prestar o *Boletim Oficial* que, pouco a pouco, deixou de se ocupar das questões não oficiais, até vir a confinar-se exclusivamente aos problemas governamentais, tendo começado com uma folha apenas (Gonçalves, 1964). É que, depois do advento do *Boletim Oficial*, surgiram outras publicações, embora sem a periodicidade que caracterizasse um jornal, como foi o caso do *Almanak Estatístico da Província de Angola e suas dependências*, publicado em 1852, e já citado.

Quanto aos jornais literários, a primazia coube ao semanário *A Aurora* — de curta duração — fundado em 1856, e cuja primeira edição saiu em 31 de maio, circulando até 7 de junho de 1856 (Gonçalves, 1964).

Outros jornais, algumas revistas e boletins, assim como anuários e anais se sucedem, podendo-se dizer que, em geral, sua duração era efêmera, dado o condicionamento em que foram criados e a instabilidade do mercado local da informação (Gonçalves, 1964).

Assim, ao longo de mais de 20 anos, o *Boletim Oficial* foi a única publicação periódica que circulou com regularidade em Angola. Por isso, os colonos começaram a designar por *imprensa livre* os periódicos saídos de tipografias particulares, distinguindo-os da folha impressa do governo.

12. O desenvolvimento da imprensa

Com o aparecimento da primeira edição do periódico de Luanda, *A Civilização da África Portuguesa*, em 1866, iniciou-se efetivamente o segundo período do Jornalismo angolano. Por mais que se tenha continuado a publicar, durante mais alguns anos, anúncios, comunicados

particulares e artigos no jornal oficial, ele deixou de estar sozinho no território. Passou a existir a chamada *imprensa livre*. Era esse o Jornalismo episódico, feito por cidadãos geralmente dos mais ilustrados no meio social e que tinham outras profissões definidas, mas para os quais se apresentava a tarefa de escrever para o público (Lopo, 1964), como uma espécie de *compromisso social*, mesmo sentimento expresso no *manifesto* assinado por Hipólito José da Costa, desde Londres, quando do lançamento de seu *Correio Braziliense*.

O projeto do nacionalismo angolano é iniciado pela edição dos jornais *O Pharol do povo*, *Tomate* e *O desastre* (Cruz e Silva, 2010). Se os primeiros periódicos eram produzidos por homens brancos, portugueses, a maioria dos quais exilados políticos, com uma ideologia republicana, contrária, pois, ao então contexto lusitano, que ainda era monárquico, os jornais posteriores já foram idealizados e editados por uma segunda geração constituída por pretos ou mestiços, mas todos nascidos na África. São os casos de José de Fontes Pereira e de Mamede Santana e Palma, a que se seguirão João da Ressurreição Arantes Braga, Inocêncio Mattoso da Câmara, João Ignacio de Pinho ou Joaquim Dias Cordeiro da Matta, dentre outros.

O primeiro jornal editado, depois do *Civilização da África Portuguesa*, parece ter sido *O Comércio de Loanda*, em 1867. Contudo, não se pode garantir a sucessão e a datação desses jornais, pelas dificuldades encontradas na pesquisa, pois, na época, não era obrigatório o depósito legal de tais peças periódicas nas bibliotecas públicas portuguesas, o que tornou o estudo dos raros autores e pesquisadores, quase impossível, sem ter contato adequado com os exemplares editados e eventualmente guardados.

Em 1870, é lançado o jornal *O Mercantil*. Como o *Comércio de Loanda* (1867), foi dos primeiros a possuir tipografia própria, segundo Júlio de Castro Lopo (1964). *O Mercantil* alcançou 18 anos de existência, motivo para ser apontado como um dos jornais angolanos do fim do século XIX com maior longevidade. Adolfo Pina, que respondeu por ele, editara um boletim da Associação Comercial de Luanda durante muitos anos. Conhecia a profissão e tinha apoio inclusive para os anúncios divulgados em seu jornal.

A imprensa se iniciou, em Angola, pois, sob o signo da lei e do público, para dar a conhecer informações de natureza vária.

O *Boletim Oficial* ia perdendo seu caráter de órgão de informação comunitária, à medida que se implantava a imprensa independente. Ainda assim, os periódicos de grande atividade política aparecem e desaparecem meteoricamente, por força da pressão governamental. Alguns órgãos políticos inclusive repetem o debate metropolitano, como consequência do transplante, para Angola, das rivalidades entre progressistas e regenerados, monárquicos e republicanos etc.

Depois, há um período em que as publicações técnicas circulam em grande quantidade, o que se verifica com os boletins e as revistas dos vários serviços provinciais. Mais próximo dos anos 1860, a imprensa noticiosa apresenta-se em busca de estabilização, em vias mesmo de institucionalização.

Por outro lado, a eclosão de acontecimentos como os de 1891, com as pressões internacionais sobre as colónias portuguesas, leva a imprensa angolana a buscar melhores e mais vastos noticiários. Ao mesmo tempo, aumenta o número de informações transmitidas desde as capitais mundiais. Assim, por exemplo, a Companhia do Caminho de Ferro de Benguela começa a editar, em Londres (visando, naturalmente, as suas atividades em Angola) o jornal *Benguela News*.

A sociedade do século XIX, em Angola, era dividida entre *civilizados e não civilizados*. *Civilizados* eram os brancos, independentemente da sua condição social, econômica e acadêmica; mestiços e negros escolarizados que tivessem hábitos e costumes europeus e abandonado o modo de vida africano. *Não-civilizados* eram os negros que mantinham os hábitos autóctones, isto é, aqueles que, nascidos no ultramar, de pai e mãe indígenas, não se distinguiram pela sua instrução e costumes do comum de sua raça (Macêdo & Chaves, 2007).

Muitos dos periódicos que se editavam em Angola não tinham o necessário número de assinantes, pois eram vendidos avulsamente, nas localidades onde circulavam. Em Angola, fez-se Jornalismo episódico e de amadores, por profissionais das mais variadas condições sociais, tais como empregados comerciais, agricultores, negociantes e lojistas, magistrados judiciais, médicos, professores, missionários e clérigos, veterinários, oficiais da marinha mercante e de guerra, militares e até indivíduos que permaneciam em Angola em situação de degredados, mas gozando de benefícios de fianças ou proteções sempre razoáveis (Lopo, 1964). A publicação desses jornais se dava por diversos motivos. Interesses particulares, literários, mercadológicos ou políticos permeavam as publicações:

Os periodistas redigiam as folhas com finalidades diversas, como recreação literária, por expansão intelectual, por temperamento de escritores ou por vocação conjectual ou verdadeira; para propaganda política ou por partidarismo local; para a defesa de interesses regionais, comerciais, agrícolas e industriais; por mercantilismo, com feição noticiosa a favor de determinados interesses particulares; por motivos e intuítos panfletários, em que a pena ora se transformava em espada leal de combate denodado, ora em punhal de assaltante grosseiro e traçoeiro (Lopo, 1964).

Não obstante, esse Jornalismo episódico e de amadores foi muito importante, na colónia, pelos valores culturais que nele se revelaram ao longo dos anos. Alguns desses jornalistas chegaram a publicar inclusive nos grandes periódicos da metrópole (Lopo, 1964).

O Jornalismo industrial e, conseqüentemente profissional, só foi aparecer e ter caráter definitivo em 16 de agosto de 1923, com a fundação do jornal *A Província de Angola*. Quando o jornal foi criado, já existia, desde 3 de julho de 1912, o semanário *Jornal de Benguela*. Esta publicação, contudo, ficou isolada e não teve seqüência. Daí considerar-se seu início efetivo apenas com *A Província de Angola* (Lopo, 1964).

13. Ligações entre o Jornalismo e a literatura

A imprensa angolana era centralizada quase que exclusivamente em dois centros urbanos, Luanda e Benguela. A literatura, que começa a reivindicar sua especificidade nacional, ao mesmo tempo em que aponta para a necessidade de autonomia da colônia, não se choca, antes acompanha, o texto jornalístico e, de certa maneira, nasce e se desenvolve com ele. Os jornais sempre dedicaram espaço às colaborações literárias e, por isso mesmo, a figura do intelectual ganha inquestionável relevo, sendo o jornalista e o literato, muitas vezes, a mesma pessoa (Macêdo & Chaves, 2007).

O escritor Pepetela, em texto publicado no *site* da União dos Escritores Angolanos (2003), explica que havia uma intensa atividade jornalística, mesmo que por meio de periódicos de vida efêmera, sobretudo em língua portuguesa, mas também em idiomas nativos. Tinham forte carga social e política, aproveitando a relativa liberdade de expressão existente num momento de grandes lutas em Portugal, já que a monarquia dava nítidos sinais de esgotamento, e um novo sentimento republicano, crescentemente reforçado, se afirmava (final do século XIX). Os periódicos eram fechados, suspensos ou proibidos constantemente pelo poder político, mas reapareciam sob novas roupagens ou títulos. Exemplo disso é a constância com que certos nomes de editores podem ser identificados como responsáveis pelas publicações. Um grupo de intelectuais criava um jornal, do qual se publicavam duas ou três edições. Em seguida, o jornal era proibido, mas, um ou dois meses depois, o mesmo grupo criava um novo periódico, com a mesma linha editorial, ainda que com designação diversa, até voltar a ser proibido.

Essa intelectualidade, mistura cultural e racial, era extremamente crítica da colonização portuguesa e do pouco caso que o Estado fazia sobre a necessidade de desenvolvimento do território e da instrução e tratamento sanitário da população africana.

Neste sentido, o Jornalismo, a literatura e a política foram frentes de oposição ao colonialismo português durante o século XIX e o início do século XX, nas então colônias portuguesas em África. A palavra escrita firmou-se como espaço de campanha e luta pela autonomia.

O primeiro livro de autor autóctone é *Espontaneidades da minha alma* (1849), de José da Silva Maia Ferreira, conjunto de poemas a que se seguiu a noveleta *Nga Muturi*, de Alfredo Troni (1882). De um lado, pois, um poeta angolano; de outro, um prosador português mas que adere ao programa independentista de Angola. O segundo também faz parte da história do Jornalismo. E se o mestiço Maia Ferreira não pratica Jornalismo, é na gráfica da imprensa oficial do boletim do governo que seu livro se imprime.

A apropriação de expressões em kikongo, umbundo e, principalmente, quimbundu, traduz a luta de resistência contra o colonialismo, presente tanto na literatura, quanto no Jornalismo, que se publica com artigos ou páginas e até títulos em idiomas africanos.

Tanto *A aurora* quanto *A Civilização africana*, *Jornal de Luanda* como *O mercantil*, todos

incluem poemas, textos curtos literários, suplementos e páginas literárias em suas reduzidas edições — não mais de quatro páginas, raramente seis (Jacob, 2010).

14. Contemporaneidade

A evolução jornalística de Angola, segundo Júlio de Castro Lopo, em *Jornalismo de Angola* (1964), dependeu, dentre outros fatores, do incremento da colonização europeia, do desenvolvimento do comércio interno e do comércio exportador. À medida em que o território foi progredindo no intercâmbio com a Europa e com o aumento das exportações de gêneros agrícolas e minerais, igualmente foram se estabelecendo as tipografias e os periódicos: em síntese, a urbanização permitiu o desenvolvimento do Jornalismo, como sempre ocorreu em todo o mundo.

Hoje em dia, Angola tem quase 20 milhões de habitantes mas um único grande diário, com dez mil exemplares/dia (Costa e Cândido, 2011). Uma absoluta minoria de pessoas lê jornais e os jornalistas ainda enfrentam problemas com a censura, perseguições e prisões, por parte do governo, embora a situação tenha melhorado, formalmente, a partir da nova constituição do país, que permitiu a abertura de outras publicações, depois de ter nacionalizado todos os meios de Comunicação, graças à vitória da revolução. Mas tudo é instável: recentemente, jornais católicos foram fechados; o jornalista António Manuel Jojó foi assassinado em 22 de outubro de 2010 (Despertar, 2010), desconfiando-se que a mando de algumas autoridades ou de segmentos a elas ligados; o jornalista William Tonet ficou impedido de deixar o país, depois de publicar críticas ao governo no jornal *Folha 8* (Reporters sans Frontières, 2009); e em 2010 Angola foi rebaixada do 116º lugar para o 119º na tabela divulgada anualmente pela organização independente Repórteres sem fronteiras (2010).

Ao mesmo tempo, com a ajuda do Brasil, o país implanta a televisão digital (Observatório da Imprensa, 2011) e tenta desenvolver as mais modernas tecnologias para os seus processos comunicacionais. Angola ainda enfrenta, contudo, problemas políticos nas disputas entre a antiga UNITA e o MPLA, que se refletem, justamente, num dos aspectos mais sensíveis da realidade nacional que é o Jornalismo.

Do que se lê, enfim, pode-se observar que, embora haja um forte processo de atualização tecnológica, Angola continua sofrendo do maior mal que marca a história de seu Jornalismo: a falta de liberdade e a existência da censura.

15. O jornalismo em Moçambique

Em 1894, convidado a representar Portugal no 1º Congresso Internacional da Imprensa, em Anvers, Bélgica, o então decano dos jornalistas portugueses, Brito Aranha, apresentou um “Rapport de la séction portugaise” que fazia o primeiro levantamento moderno e ampliado da imprensa portuguesa, aí compreendida a chamada *imprensa colonial*, isto é, aquela publicada em idioma português, nas então colónias de Portugal do Ultramar, como se costumava dizer então (Hohlfeldt, 2008). Escrevia ele: “A imprensa é o elemento civilizador por excelência e é reconhecido que de sua influência dependem benefícios incalculáveis” (Aranha, 1894, p. 7). Quase um século depois, o historiador que, neste momento, apresenta o estudo mais completo e mais amplo a respeito da história da imprensa em Moçambique, Ilídio Rocha, de que muito nos vamos valer neste capítulo, voltava a insistir sobre a importância desta instituição:

Para além das datas, dos nomes e dos títulos a que não se pode fugir, há toda uma vida que o território viveu — a vida social do agregado, e também a vida privada, mesquinha ou grandiosa, dos homens desse agregado (...) a imprensa continua ser a porta do maior espetáculo do Mundo — o espetáculo dos homens (Rocha, 1973, p. 2).

O mesmo autor, em obra posterior, voltaria ao tema, mais explicitamente, reconhecendo que a imprensa é “o retrato de toda uma sociedade” (Rocha, 2000, p. 16). Aliás, é admirável ler-se o que, na época, o Governador Geral da Província de Moçambique, Vasco Guedes de Carvalho e Menezes, escrevia (1854), quando do lançamento do *Boletim do Governo da Província de Moçambique*:

A Imprensa é um dos melhores inventos do espírito humano. Ella tem prestado os mais importantes serviços ao Commercio, á indústria, aos interesses, e á civilização d’uma grande parte dos povos do universo (Carvalho e Menezes, 1957).

Se, ao final do século XIX, e ao longo do século XX, foi este o pensamento, nem sempre isso ocorreu ao longo daquele século XIX, quando esta imprensa nasceu. Se a história da imprensa em Moçambique é a mais recente, mesmo em relação às demais colónias, ela é das mais produtivas, tanto quantitativa, quanto qualitativamente. Contudo, como referem todos os principais pesquisadores, há uma enorme dificuldade para se poder reconstituir essa história.

Como lamenta Ilídio Rocha, faltou quem colecionasse e guardasse os jornais; e, sobretudo, inexistiu lugar onde se pudesse mantê-los. Diz este último:

O primeiro [obstáculo] é o de não existirem em Portugal [nem em Moçambique] colecionadores de jornais — não há a tradição nem a tal tipo de papel impresso se dá grande importância. O segundo [obstáculo] e não menor, os sucessivos ataques políticos, castrenses, religiosos ou muito simplesmente policiais às redações e aos seus produtos, com empastelamentos, atentados, apreensões, fogueiras, prisões e tudo o mais de que a repressão é capaz, que fizeram desaparecer tiragens inteiras, quanto não todos os números de vários jornais (Rocha, 2000, p. 15).

Assim, as dificuldades para reconstituir esta história são enormes, ainda que gradualmente a tarefa venha sendo concretizada, conforme levantamento que Raul Neves Dias realizou: se Brito Aranha foi o pioneiro — e sua lista apresentou apenas 4 títulos: *Boletim da Companhia de Moçambique*; *Boletim Oficial do Governo da Província de Moçambique* (40º ano de publicação); *Clamor africano* (3º ano de publicação — tratava-se de um jornal que substituiu um outro, *O Brado africano*, então suspenso, num procedimento que analisamos mais adiante, típico da imprensa colonial); *Correio da Beira* — 2º ano de publicação (Aranha, 1894, pp. 44 e 45) — outros autores conseguiram, gradativamente, descobrir novos títulos e estabelecer novos dados e segurança sobre informações descobertas. Assim, foi Sousa Ribeiro quem, nos anos de 1908, 1917 e 1940, produziu diferentes edições de um *Anuário*: começou com 29 títulos e chegou a 80, atualizando e corrigindo constantemente seus dados. António dos Santos Figueiredo, que escreveu monografia a ser apresentada à Exposição Colonial do Porto, em 1934, e de que se conhece um exemplar (Figueiredo, 1934), cita 9 jornais que, naquele momento, editavam-se na província, e mais os dois que haviam iniciado aquela história, ainda no século XIX, num total, portanto, de onze periódicos. Rocha Martins, de seu lado, identificou cerca de uma vintena, e Mário Costa chegou a 120 publicações!

Filipe Gastão de Almeida de Eça, além de também recuperar diferentes periódicos, preocupou-se em definir qual teria sido efetivamente a primeira publicação não-oficial da Província, estudando títulos como *O clamor militar*, que estabeleceu como tendo sido definitivamente editado no Porto, e não na África; *O baluarte*, de que se tem notícias, mas do qual jamais se viu qualquer exemplar; e *O progresso*, de que ele descobriu um exemplar da primeira edição, datada de 9 de abril de 1868, “hebdomadário religioso, instructivo, comercial e agrícola”, a cargo de Miguel Augusto dos Santos Severino e Manuel Dias da Silva (Dias, 1957, pp. 13 e 49).

Os autores mais contemporâneos são justamente os já citados Raul Neves Dias e Ilídio Rocha, ambos jornalistas e participantes de boa parte desta história, já nas primeiras décadas do século XX, além de Luís C. Lúpi, João Alves das Neves e José Júlio Gonçalves, que têm produzido diferentes obras (Hohlfeldt, 2008).

Esta bibliografia retoma as publicações a partir de 1854 e vai especialmente até 1975, quando a independência da até então colônia mudaria bastante a perspectiva, não apenas da imprensa, quanto das comunicações em geral, em Moçambique. Aliás, José Júlio Gonçalves já intentara um panorama mais diverso, não centralizado apenas na imprensa, ainda que ela

seja quantitativamente mais significativa, em seu trabalho de que aqui também nos valem (Gonçalves, 1965), abordando os meios de comunicação em geral.

Deve-se acrescentar, como registra João Alves das Neves, o fato de que “pouco se sabe, no Brasil, acerca da imprensa dos jovens países africanos que falam português: Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique [Macau e Goa]” (Neves, 1989, p. 155). Por isso, foi importante que, vivendo aquele pesquisador no Brasil, realizando seus estudos de pós-graduação, Neves tenha alcançado propor e realizar o I Encontro Luso-Afro-Brasileiro de Jornalismo e Literatura, na Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, em São Paulo, em 1984, a que se seguiu um segundo, em 1987 (Neves, 1989, pp. 157-160). Infelizmente, o projeto não teve continuidade, com o retorno do pesquisador a Portugal. Esta idéia foi retomada a partir de 2008¹⁶, com um conjunto de colegas pesquisadores, tanto no Brasil, quanto em Portugal, Cabo Verde e Moçambique, publicando-se ensaios e livros coletivos com tais estudos.

16. Descoberta e ocupação de Moçambique

Segundo alguns historiadores, o projeto de expansão ultramarina português nasce da “responsabilidade comum da Cruzada em que se encontravam envolvidas todas as nações da Península [Ibérica], visto que todas dela haviam nascido e todas continuavam a considerar a luta contra os mouros como o objetivo fundamental da sua existência” (Múrias, 1940, p. 5). Assim, Portugal, depois de expulsar os mouros da Península e constituir-se em nação autónoma, manteve sua mobilização. “Desenvolvida a marinha real e particular, criavam-se as gerações de marinheiros que permitiriam depois os primeiros arrojados pelo oceano fora” (Múrias, 1940, p. 8). Após a avançada sobre Ceuta, o esforço português se ampliou e, ao longo de diferentes reinados, prosseguiu e, enfim, concretizou-se nas descobertas de territórios africanos, asiáticos e sul-americanos. O Infante Dom Henrique teve importante papel neste processo. E seus seguidores deram continuidade a seus projetos. Já no início do século XV, os portugueses chegavam às Canárias e, a partir daí, atingiam as costas africanas. “Será preciso aceitar que, entretanto, se realizou, impulsionado pelo Infante, um extraordinário esforço de adaptação das condições e dos processos de navegação, para que fosse possível viajar pelo mar alto” (Múrias, 1940, p. 22). A partir de 1458, o movimento em busca da África

16 Graças à bolsa de Estágio Pós-Doutoral concedida pela CAPES, no primeiro semestre de 2008, permaneci na cidade do Porto, em Portugal, junto à Universidade Fernando Pessoa, sob a orientação do prof. Dr. Salvato Trigo. Pude pesquisar, então, as coleções de jornais da chamada *imprensa colonial portuguesa* que se encontram, por força de lei, depositados no acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto, de quem recebi gentilmente o apoio para a pesquisa. Assim, este estudo dá continuação à série de ensaios que venho publicando a respeito de tal tema.

é incrementado. Em agosto de 1486, Bartolomeu Dias chega ao Cabo das Tormentas, mais tarde batizado como Cabo da Boa Esperança (atual Cidade do Cabo), que Vasco da Gama ultrapassará, avançando pelo Oceano Índico, chegando à Ilha de Moçambique a 1º de março de 1498 (Múrias, 1940, ps. 53 e 54). Moçambique vai se tornar praça importante para Portugal, eis que dali “partia-se para a exploração da Madagascar e de toda a costa da África, como se partira de Goa e de Málaca para a exploração da costa asiática” (Múrias, 1940, p. 87).

Fernando de Castro Brandão (1995) publicou obra exemplar a respeito das conquistas portuguesas, de onde destacamos alguns dados sobre Moçambique. O primeiro contato dos portugueses com aquele território ocorreu no dia 12 de janeiro de 1498, quando Vasco da Gama chega com sua frota à região do Inharrime, ao sul da atual nação, avançando pelo rio Quelimane, um pouco mais acima e, enfim, atingindo a Ilha de Moçambique. Em 1502, cria-se a feitoria de Moçambique, naquela ilha, a que se seguirá outra feitoria, em 1505, já no interior do território, na região de Sofala, que será, a partir de então, o centro de colonização portuguesa da região, sobretudo porque ali se espera encontrar grandes quantidades de ouro. A partir de 1511, o degredado António Fernandes vai realizar uma série de expedições em torno daquela região, ao longo do Monomotapa, cujos reis, nos séculos seguintes, apesar de terem firmado as pazes com os portugueses desenvolvem constantes ataques aos colonizadores, sobretudo ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Aliás, é nesta região que o sacerdote Gonçalo da Silveira, em 1561, tentando catequizar e batizar os nativos, terminou sendo chacinado (Vieira, 1934, p. 10 e ss.). Através de diferentes movimentos, os portugueses vão ocupando o território, desbravando-o mas não necessariamente o explorando economicamente.

É importante citar-se que, na origem, esta região africana era ocupada por pigmeus. Em constantes migrações da Ásia, chegam àquela costa oriental os bosquímanos que, com eles se miscigenam, em torno dos séculos III e II a.C. (Vieira, 1934, ps. 10 e ss.). Quando os portugueses atingem à região, no século XV, a maior parte dela está ocupada por bantus, resultantes daquela mesma miscigenação. Boa parte da população tem inclusive a influência árabe, graças à presença islamita, iniciada em torno do ano 1000 (Gonçalves, 1965, p. 22).

A expansão da presença portuguesa foi rápida, mas a decadência também veio ligeiro, e a partir do século XVII, mas especialmente ao longo do século XVIII, graças à corrupção, sobretudo; à crise na região do Monomotapa e à chegada de outros grupos estrangeiros europeus, como holandeses, franceses e ingleses, Portugal começou a perder terreno. Tudo o que os portugueses que lá se encontravam queriam alcançar era resultado de roubos, gerando extrema imoralidade (Vieira, 1934, p. 23 e ss.). Ao mesmo tempo, Portugal é fortemente pressionado por aqueles governos, que vão ocupando o território a partir de diferentes pontos.

As crises de agravam: em 1894, na região próxima à atual cidade de Lourenço Marques, ocorre uma grande rebelião liderada por um chefe nativo, Gungunhana, que vai ser derrotado e preso por Mousinho de Albuquerque, posteriormente enviado a Portugal e exilado nos

Açores¹⁷. Apesar de sua morte, a rebelião prossegue. De outro lado, Alemanha e Inglaterra vão-se apossando crescentemente de antigos territórios pretendidos pelos portugueses. Portugal é obrigado a assinar acordos com a Alemanha, em 1886, fixando novas fronteiras ao norte. E em seguida, pressionado por Cecil Rhodes, representando a Inglaterra, firma outro acordo em 1890, que elimina por completo o antigo sonho de ligar os territórios de Angola e Moçambique, formando o chamado *mapa cor-de-rosa* africano (Vieira, 1934, pp. 23 e 43). Só no início do século XX exploradores portugueses vão tentar seguir o roteiro do escocês David Livingstone e atingir a região do Niassa, ao norte, o que, aliás, vai garantir a Portugal algumas vitórias em arbitragens internacionais. Os projetos portugueses haviam se desenvolvido, no passado, graças ao Conselho Ultramarino (Vieira, 1934, pp. 23, 127 e 128). Na modernidade, foi o surgimento da Sociedade de Geografia de Lisboa, ao final do século XIX, que passou a pressionar o governo português para que a falta de continuidade dos projetos africanos não provocasse a total derrocada de Portugal naquele continente. A eclosão da I Grande Guerra ajudou esses planos, e Portugal pode consolidar seus espaços coloniais. A ascensão de António de Oliveira Salazar, após 1926, quando ele se torna Ministro das Colónias e faz aprovar, sucessivamente o Ato Colonial, depois integrado à Constituição portuguesa do Estado Novo; a Carta Orgânica das Colónias e a Reforma Administrativa Ultramarina — em que pesem as imensas críticas que recebeu nas próprias colónias, não apenas pela maneira açodada com que se procederam às votações, sem qualquer tempo para debates, quanto pelos conceitos que ali se apresentavam, teve como consequência principal, de qualquer modo, a plena retomada de alguns territórios moçambicanos por parte do governo português. Deve-se mencionar, especialmente, à região do Niassa, entregue a uma companhia majestática desde o século XIX, e que retorna à autonomia da administração exclusivamente portuguesa a partir de 1942. Se se levar em conta que essas administrações é que provocavam as maiores reações dos moradores das colónias, quer por seus péssimos serviços, quer pela maneira autoritária com que agiam, conforme a farta documentação que se encontra nos jornais pesquisados, pode-se bem compreender o sucesso de Salazar com a política desenvolvida em face das antigas colónias. Marcelo Caetano, que também foi Ministro das Colónias, vai inclusive visitá-las, já como sucessor de Salazar, coisa que nenhum Ministro jamais o fizera¹⁸. Isso não impediu a eclosão dos movimentos independentistas, a partir dos anos 1960, mas por certo amainou, parcialmente, as críticas dos coloniais à metrópole, tanto que

17 O escritor moçambicano Mia Couto escreveu, a propósito, a trilogia *As areias do imperador*, composto pelos romances *Mulheres de cinzas* (2015), *Sombras da água* (2016) e *O bebedor de horizontes* (2018) que, embora criticada em seu país de origem, recebeu, na França, o prêmio Jan Michalski. Também o escritor português Manuel Ricardo Miranda escreveu sobre o tema, no romance *Gungunhana, o último rei de Moçambique* (2013). Por fim, registre-se também o romance *O rei do Monte Brasil*, da escritora portuguesa Ana Cristina Silva (2012), que trata do mesmo tema. O texto mais recente, e de autoria de escritor moçambicano, é *Gungunhana — Ualapi e As mulheres do Imperador*, de Ungulani Ba Ka Khosa (2018).

18 Marcelo Caetano visitou as colónias africanas no ano de 1969.

as independências só ocorreram, de fato, a partir das mudanças políticas sofridas pela própria metrópole, entre 1974 e 1975.

É, portanto, sob interesses contraditórios que a imprensa deverá se desenvolver neste território. É importante lembrar que a administração portuguesa, ao contrário da espanhola, não admitira a imprensa nos domínios de seu império. Os jesuítas, que a haviam levado até a China e a Índia, desde o século XVI, tardiamente se estabeleceram em terras africanas. E em Goa, mesmo, perderam seus direitos a partir do século XVIII.

17. Primeiros jornais de Moçambique

A invasão francesa de 1808, que culmina na saída da Família Real e, posteriormente, os movimentos liberais de 1820 e, enfim, a independência do Brasil, em 1822, acabaram produzindo frutos. Em 1836, Portugal decide, como já se sabe, não apenas liberar, quanto tornar obrigatória a publicação de um *boletim oficial* em suas colónias.

Não obstante, Moçambique foi das últimas administrações a receber uma imprensa e a adotar tal iniciativa, até porque a metrópole desenvolvia políticas contraditórias, sucedendo-se, àquele decreto de 1836, inúmeros outros, nos anos seguintes, que, ao mesmo tempo, tolham e mandavam desenvolver a imprensa nas colónias, dependendo dos humores de Lisboa, em tempos políticos muito difíceis.

Só em 1799 criou-se uma primeira escola primária para os filhos dos colonos (Gonçalves, 1965, p. 50). Provavelmente apenas em 1847 foi organizado o primeiro censo da população moçambicana, evidenciando-se muito poucos alfabetizados (Gonçalves, 1965, p. 37). O surgimento da imprensa era, independentemente da questão política, tal como refere José Marques de Melo a propósito do Brasil (Melo, 1973), dificultado por questões como o referido analfabetismo, as barreiras lingüísticas, o condicionamento económico-social, a falta absoluta de transportes, o poder aquisitivo da população, a escassez de publicidade que viabilizasse economicamente um empreendimento, e, claro, a censura, se não diretamente das autoridades metropolitanas, com toda a certeza das autoridades locais, fossem aquelas formalmente empossadas, como um Governador Geral, fossem aquelas *de plantão*, como juizes, delegados de polícia e até os mais simples administradores civis ou militares que se sentissem eventualmente incomodados por alguma coisa que se publicasse em qualquer jornal.

Assim, portanto, é evidente que as tiragens seriam mínimas (Figueiredo, 1934, p. 26), ainda que muitos jornais fossem inclusive bilíngües, dependendo da região em que se publicassem, sendo impressos em português e inglês, ou mesmo em português e algum idioma nativo (Figueiredo, 1934, p. 26). Houve, contudo, alguns acontecimentos significativos que contribuíram para o desenvolvimento das colónias em geral, e de Moçambique, em especial. Das iniciativas gerais, pode-se citar a criação do Banco Nacional Ultramarino que, apesar do nome, não

estava constituído de capitais portugueses, mas sim, ingleses (Rocha, 2000, p. 24). Também foi importante o final da escravidão em Portugal e nas colónias, aliás, muito antes de o mesmo ocorrer no Brasil (Rocha, 2000, p. 25). A criação de um serviço de correios bi-semanal, entre Inhambane e Lourenço Marques, que levava de quinze a vinte dias para cumprir seu trajeto (Rocha, 2000, p. 25), e que na maioria das vezes atrasava (basta ler os jornais da época), quando não perdia ou demorava ainda mais do que o normal a entrega dos jornais que eventualmente criticassem seus serviços, foi, de qualquer modo, outro avanço. Bem ou mal, Moçambique ganhava foros europeus e civilizados: em 31 de maio de 1885, por iniciativa dos maçons, que aliás contribuíram fortemente, ao longo dos séculos, para a implantação da civilização branca na África e para um significativo conjunto de idéias modernas e democráticas no continente, tendo sido o grupo de pressão mais importante da colônia (Rocha, 2000, p. 16), Lourenço Marques ganhava o primeiro Jardim Botânico de toda a África (Rocha, 2000, p. 16).

À maçonaria não apenas pertenciam muitos dos jornalistas que chegaram à colônia, enviados desde a metrópole, compulsoriamente, quanto à maçonaria coube a abertura de escolas de primeiras letras e mesmo escolas técnicas. Daí que, em Moçambique, tenha se formado um segmento social de mestiços, sobretudo, fortemente intelectualizados, bem informados política e claramente vinculados à militância social, o que se reflete no grande número de jornais, criados ao longo do século inicial de sua imprensa, entre 1854 e 1954, ou mesmo de escritores, advogados e médicos que se notabilizaram, tanto na colônia, quanto inclusive na metrópole (Rocha, 2000, p. 80).

Uma síntese histórica da imprensa moçambicana, portanto, inicia-se em 1854, com a chegada da fragata Dom Fernando, que traz, não apenas o novo Governador Geral, Vasco Guedes de Carvalho e Meneses, quanto alguns caixotes com um prelo e algumas caixas de tipos e outros utensílios tipográficos (Rocha, 2000, p. 30). É provável que, no mesmo navio, segundo o autor de que nos valem, tenha viajado ainda o primeiro impressor, Antonio Joaquim de Carvalho. Partida de Lisboa a 31 de dezembro de 1853, a embarcação atingiu a Ilha de Moçambique a 19 de abril de 1854, e já a 13 de maio do mesmo ano tirava-se a primeira edição do *Boletim Oficial do Governo da Província de Moçambique*. A tipografia fora instalada muito perto do hospital, onde permaneceu até novembro de 1856. No mesmo ano, a tipografia deu ainda à luz o “Regulamento Geral das Alfândegas da Província de Moçambique”, folheto de “esmerada apresentação, ao gosto da época”.

18. Episódio político e censura

A primeira tipografia particular, conta-nos Ilídio Rocha, teria sido a de Francisco Paula de Carvalho e João Sinfrônio de Carvalho, a partir de 1876, imprimindo o semanário *África Oriental*, sendo seu diretor o primeiro, e seu editor, o segundo. João era tipógrafo e trabalhara

na Imprensa Nacional local, segundo Raul Neves Dias; e Francisco era professor da Escola Principal, advogado de provisão e também Diretor da Imprensa Nacional, em substituição ao primeiro. Mas Francisco viria a ser demitido, ao que parece, por prevaricação, cuidando mais de sua tipografia pessoal do que daquela oficial.

O *Boletim* era uma publicação de quatro páginas, em tamanho pequeno (menor que nosso atual tablóide). Começou semanal, mas reservava parte de seu espaço “aos interesses do Commercio, e á publicação d’artigos de conveniência pública. Além d’isso a typographia está habilitada para dar ao prelo quaes quer outras obras que se convencionem” (texto original) (Rocha, 2000, p. 32).

Em 1898, quando a capital de Moçambique deslocou-se da ilha do mesmo nome para Lourenço Marques, a gráfica oficial sofreu o mesmo destino. Com pequeninas modificações, ao longo das décadas, a publicação chegou até 1975, quando Moçambique independentizou-se de Portugal. Na verdade, até 1870, foi o único jornal a circular em todo o território, constituindo-se, por isso mesmo, na fonte de informação fundamental para toda aquela sociedade.

Sucessivamente, novas publicações se fundaram, na própria ilha, em 1868, como se disse, e em 1870; em Quelimane (1877), e em Lourenço Marques (1888), mas o *Boletim* continuou sendo a grande fonte de informação, tanto oficial quanto social. “Foi no *Boletim Oficial* que nasceram os primeiros jornalistas de Moçambique”, afirma Rocha, citando Tomás António Gonzaga de Magalhães e José Vicente da Gama.

O primeiro lembra, pelo nome, o poeta mineiro exilado em Angola; o segundo era um brâmane nascido em Bardez, na Índia, mas que fixou residência em Moçambique até sua morte. José Vicente foi autor, aliás, do *Almanaque Civil Eclesiástico Histórico-Administrativo da Província de Moçambique: 1859*, que levou tanto tempo para ser impresso que acabou sendo publicado quase no ano seguinte; editou, ainda, uma *Folhinha Civil e Eclesiástica*, a partir de 1861 até 1864.

Tudo se imprimia na Imprensa Oficial, e isso valeu a primeira crise da história da imprensa moçambicana. Estudo de Filipe Almeida de Eça conseguiu resgatar uma história que é repetida por Ilídio Rocha em suas obras. Sucintamente, o primeiro jornal não oficial da província começou a ser publicado a 9 de abril de 1868, editado por Miguel Augusto dos Santos Severino e Manuel Dias da Silva. Chamou-se *O Progresso* e, assim que saiu, inaugurou a censura prévia, provocada por aquela mesma primeira edição.

Ocorre que, naquela época, era Governador Geral o tenente-coronel António Augusto de Almeida Correia de Lacerda. Um escrivão da comarca, não muito escrupuloso, havia surrupiado 55 libras depositadas a seus cuidados, em um processo. Quando assumiu seu posto, o juiz da comarca, Vicente Máximo da Silveira, logo se deu conta do desvio e citou o escrivão para devolver a quantia. Chegou mesmo a oficiar ao Governador. Neste meio tempo, Santos Severino resolveu defender a autoridade maior e mandou publicar um panfleto contra o juiz, impresso, naturalmente, na Imprensa Oficial, e que circulou no dia 24 de março de 1868. O

Juiz, que não gostou da iniciativa, oficiou à metrópole. O Governador Geral, do mesmo modo, defendeu-se à autoridade suprema. Sobretudo porque o próprio Governador havia lido o panfleto e o liberara. Indagado pela Metrópole, ele se defendeu:

V. Exa. sabe perfeitamente quais têm sido as minhas idéias como deputado, e como jornalista, a favor da livre emissão do pensamento(...). Contra mim mesmo que fosse o aludido artigo, eu o mandava publicar, porque enquanto me for confiado o governo desta província, não hei-de tolher a livre manifestação do pensamento (...) (Rocha, 2000, p. 3).

No dia 9 de abril foi lançado o jornal *O Progresso*, e para desgosto do juiz, o periódico, dirigido pelo mesmo Santos Severino, reiterava os termos do panfleto ainda mais calorosamente. O jornal também dependia da Imprensa Nacional. Novas reclamações se sucederam e o resultado foi que, no dia 11 de abril, a Ordem 243, do Governador, determinava “que no jornal *O Progresso*, que se imprime na referida oficina [da Imprensa Nacional], se não devem inserir artigos, ou correspondência de natureza política ou de agressão pessoal, e como tais estranhos à índole de um jornal puramente literário; devendo outro sim, o referido encarregado, remeter à secretaria geral: antes da tiragem do referido jornal, uma prova de prelo, a fim de se lhe lançar o competente *visto*, sem o qual se não poderá imprimir o mencionado jornal”.

Nenhum historiador sabe se mais de uma edição de *O Progresso* chegou a circular... Como se disse, Ilídio Rocha, na obra de que tanto nos valem, levantou mais do que um milhão de diferentes títulos de periódicos que se publicaram desde então até 1975, identificando cada um deles, na medida do possível, pelo título, sede, número de páginas, início e final de circulação, responsáveis, etc.

Podemos, assim, acompanhar o surgimento de uma imprensa católica, esportiva, uma imprensa operária, algumas publicações dirigidas ao público infantil, jornais técnicos especializados — como aquele que vai registrar o surgimento da primeira emissora de rádio de Moçambique — a imprensa humorística, etc.

Alguns — talvez a maioria dessas publicações — tiveram vida breve. Outros, contudo, sobreviveram a todas as dificuldades e circularam, ao longo dos anos. Enfrentaram a falta de papel, a raridade dos tipos variados, a perseguição política, a legislação sempre restritiva, sobretudo depois de 1927, com a chamada “Lei João Belo”, o atraso de entrega pelos correios ou através do transporte ferroviário; as perseguições aos entregadores residenciais, quando na própria sede de edição; a escassa publicidade; os assinantes *caloteiros* que, tendo recebido o jornal ao longo de semanas, sem os devolver à redação, quando deveriam pagar o boleto, simplesmente se recusavam a fazê-lo; os leitores que pilhavam os jornais de seus verdadeiros assinantes e os liam nas ruas e nas praças públicas, sem os pagar, e assim por diante. Cada historiador destaca este ou aquele profissional; esta ou aquela personalidade.

Reunindo os dados levantados por esses estudiosos e mais as observações que se fez na leitura atenta dos jornais consultados no acervo da Biblioteca do Porto, pode-se aqui, a título de referência rápida, pois cada um deles merece estudo à parte, identificar alguns deles, como exemplares desta história.

19. Um jornal: *O Emancipador*

Já se escreveu alguma coisa a respeito de um jornal, *O emancipador* (Hohlfeldt, 2008). *Vida nova*, de 1907, foi, provavelmente, o primeiro jornal operário a circular, publicado em Lourenço Marques, bi-semanal; mais adiante, surgiram *Os simples* (1911 a 1913), publicado por integrantes de um conjunto musical (!!!) e *Germinal*, da empresa do mesmo nome, e que circulou entre 1914 e 1918, justamente durante um período difícil, graças à I Grande Guerra, com forte pressão da censura prévia. Sucedendo-lhe, mas sob outra perspectiva editorial, em 1919 apareceu *O emancipador*, que circulou até 1924. Semanal, teve seu diretor afastado e, assim, segundo a legislação, viu-se impedido de continuar a circular.

Seus responsáveis lançaram mão, então, da alternativa legal de que dispunham: passaram a editar “números únicos”, semanais, que mantinham inclusive a numeração de ordem da publicação, mas que não exigiam a existência de um diretor. Assim, sucederam-se, ao longo de 1925, dentre outros títulos, *O emancipado*, *A voz do emancipador*, *A voz do emancipado* e *Emancipador*. Encontrado e registrado um novo diretor, o jornal voltou a circular. Quando, numa segunda ocasião, em 1926, após uma greve de ferroviários que a publicação apoiou, o jornal foi suspenso, mais uma vez, inclusive com tentativa de empastelamento da oficina própria, obrigou-se a publicar novos “números únicos”, sob os títulos sucessivos e semanais de *O emancipador dos assalariados*, *O emancipador dos humildes*, *O emancipador dos produtores*, *O emancipador dos proletários*, *O emancipador dos oprimidos*, *O emancipador dos trabalhadores*, *O emancipador dos desprotegidos*, *O emancipador amordaçado*, retomando sua circulação normal até 1937, quando foi suspenso por força de ato do Estado Novo português.

Editado por uma espécie de confederação de sindicatos de trabalhadores, *O emancipador* não é o único caso de uma publicação que trocou de nome, quando proibida de circular, seja por que motivo fosse, mas é a mais referencial, pela obviedade da alternativa buscada e pelo verdadeiro desafio às autoridades que significou, o que leva a pensar, dado o poder discricionário que tais autoridades possuíam que, se quisessem, poderiam tê-lo usado efetivamente contra os responsáveis pelo periódico; na verdade, tomavam-se medidas mais formais e administrativas do que propriamente políticas. Tudo mudou, é claro, com a chegada do Estado Novo.

Após 1975, conta Ilídio Rocha, foi ele intermediário, a pedido das novas autoridades, junto aos descendentes daqueles militantes sindicalistas e alguns dos redatores e diretores

da publicação, no sentido de resgatá-la — escondida que fora — para que pudesse ser melhor conhecida e valorizada¹⁹.

20. Alguns jornalistas pioneiros

Neste mesmo sentido, uma figura pioneira foi o alferes Alfredo de Aguiar, mestiço angolano que se fixou em Moçambique. Em 1885, começou sua “carreira jornalística” com um jornal chamado *O imparcial*; dois anos depois, publicou *O correio da Zambésia*; em 1891, fez circular um jornal demolidor, *Gazeta do Sul*, a que se seguiria, em 1892, *Clamor africano*, semanal, que sobreviveu até 1894 (Rocha, 2000).

Na mesma linha andarão Clemente Nunes de Carvalho e Silva. A 20 de outubro de 1900, este surpreendente redator de requerimentos embaraçosos e de folhetos de radical liberdade de expressão, ao lado de Manuel de Moraes dos Santos e José Benigno Ribeiro Garrido, faz editar *O Portuguez*, que viverá até a décima primeira edição, quando é suprimido por uma portaria provincial, a 30 de novembro daquele ano. Sem interromper a periodicidade da publicação, Clemente Nunes imediatamente publica *Portuguez*, que estréia no dia 8 de dezembro. O jornal é suprimido a 28 de agosto de 1901, durando, pois, um pouco mais do que o anterior. Clemente Nunes não se intimida e lança, em 26 de janeiro de 1902, *O Progresso de Lourenço Marques*, escrevendo, no cabeçalho, que se trata do sucessor dos dois periódicos anteriores. Esta nova publicação circulará até a edição 169, quando, em 5 de abril de 1905 é ainda uma vez proibido. Sucede-se o quarto jornal, *A portugueza*, cujas datas se desconhecem. Deve ter circulado entre fins de abril e princípios de maio de 1905, mas durou muito pouco. Clemente Nunes continua sua jornada, e volta, no mesmo ano, ao *Progresso de Lourenço Marques*, que estampa, no cabeçalho, explicitamente: “Semanaário sucessor de *O Portuguez*, *Portuguez*, *O Progresso de Lourenço Marques* e *A portugueza*, todos suprimidos”. Desta vez, alcançou 110 edições e foi mais uma vez suprimido, em 27 de dezembro de 1906. Clemente Nunes editou, ainda em 1905, panfleto de 16 páginas em que historiava e protestava publicamente contra as sucessivas supressões de seus jornais, atacando especialmente o Governador Geral, João de Azevedo Coutinho.

Outra figura impressionante de jornalista militante foi Manuel Nascimento Ornelas. A exemplo de Clemente Nunes de Carvalho, também ele é republicano e lança, em 29 de março de 1904, um primeiro jornal destinado a difundir tais princípios. Trata-se do *O distrito*, de Lourenço Marques, periódico diário, que foi suprimido um ano depois, em 15 de março de 1905. Em seguida, Ornelas inicia a circulação do *Diário de notícias*, a 1º de abril de 1905, interrompido em sua circulação em 1907.

19 Ilídio Rocha estuda detidamente a publicação, em *A imprensa de Moçambique* (2000), p. 123 e ss.

Ainda destacável é a figura do capitão Manuel Simões Vaz. Em 15 de abril de 1926, ele dá início à publicação do jornal *Notícias*, que à época em que Ilídio Rocha editou a monografia *Contribuição para a história da imprensa de Moçambique* (sem data), ainda circulava, em Lourenço Marques. *Notícias* substituiu *O correio de Lourenço Marques*, de Eduardo Saldanha, que deixara de circular, e do qual Simões Vaz era o principal redator. Simões Vaz funda uma Empresa Tipográfica, sendo seus sócios aquele mesmo Eduardo Saldanha, José Joaquim de Moraes e Paulino dos Santos Gil, outro nome de importância na história da imprensa moçambicana. Nas primeiras 151 edições do jornal, o capitão era seu editor e redator, mas com a nova lei de imprensa, de 1926 (Lei João Belo, nome do administrador que a idealizou, valendo o princípio apenas para a imprensa colonial), ele foi substituído, sucessivamente, por diferentes figuras ilustres da cidade, portadoras de título universitário, que ele não possuía, mas que era exigido pela nova lei, independentemente de vinculação (do título) ou não com a própria atividade editorial. Enquanto isso, Simões Vaz mantinha um processo na área jurídica, que acabou vencendo, podendo retornar à função de diretor do jornal, que manteve, até vendê-lo, em 1963.

A publicação iniciou com dificuldades. Nas primeiras semanas, tinha apenas 36 assinantes! Mas graças à exploração de notícias de *fait divers*, e com o golpe militar que instituiria o Estado Novo, a 28 de maio de 1926, logo alcançou 900 assinantes e se firmou, financeiramente, de sorte que, em 1967, tornou-se uma sociedade anônima, com um excelente capital social e sede própria. O capitão dirigiu o jornal entre 1926 e 1957. Seus filhos lhe continuaram a obra. Rocha acusa o jornal de, neste período, ter sido financiado pelos Aliados, ao longo da II Grande Guerra, e chega mesmo a contar que, ao abrir um armário da redação, encontrou farto material enviado pelo governo inglês como propaganda oficial (Rocha, 2000, p. 147, nota 13).

Segundo Ilídio Rocha, *Notícias* teve pelo menos três iniciativas importantes para a história da imprensa local: em 1933, fez editar uma revista ilustrada quinzenal, dirigida por Sobral Campos, chamada *O ilustrado*; ela circulou exatamente durante um ano, conforme havia sido antecipado, com excelente apresentação gráfica²⁰.

Simões Vaz passou a publicar uma edição extraordinária do *Notícias* aos domingos, dia em que, na época, não circulavam jornais. Esta edição tinha caráter mais recreativo e literário, sendo preparada ao longo da semana²¹. Esta edição circulou entre 24 de outubro de 1943 e 26 de maio de 1946, quando o jornal suprimiu a publicação extraordinária, porque passou a ser publicado nos sete dias na semana. Por fim, a 15 de abril de 1952, *Notícias* lançou uma edição vespertina, que adotou o título de *Notícias da tarde*, circulando até 6 de dezembro de 1969,

20 Este autor teve a oportunidade de compulsar a coleção completa da revista, quando de sua pesquisa na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

21 Note-se que a prática perdura até hoje nos grandes jornais de referência, que acrescentam à edição cotidiana do domingo, uma revista ou algum caderno complementar, com artigos variados.

quando foi substituído pelo *Tribuna*, que à época da pesquisa de Ilídio Rocha, ainda existia²².

As figuras mais significativas, contudo, inclusive com suas contradições, de todas as que se destacam nesta sucessão do que podemos denominar verdadeiramente de *apóstolos da imprensa*, são os irmãos José e João Albasini. Eram netos de João Albasini, português (1813-1888), que foi caçador, negociante, chefe tribal (!!!), alto funcionário do governo da república bôer, até sua derrocada, e cônsul de Portugal no Transvaal; foi figura destacada no livro de Diocleciano Fernandes das Neves, *Itinerário de uma viagem à caça do elefante* (Rocha, 2000, p. 98, nota 28). Em 1909, seus dois netos, José e João, criam um jornal chamado *O africano*. Trata-se da primeira publicação dirigida a uma classe social que surge em Moçambique, a dos mulatos ou mestiços, resultado da miscigenação de homens brancos, europeus na maioria, nas não só (poderiam ser hindus ou árabes), chegados ao continente africano e que se casam e procriam com mulheres africanas negras. O jornal é dirigido, assim, à “população não branca alfabetizada”. João Albasini, na época, era empregado do porto de Lourenço Marques, como chefe de pessoal do cais; e seu irmão José também trabalhava ali, como despachante oficial. Uma das grandes novidades da publicação era uma sessão em língua quironga, editada desde um chamado *número programa* do jornal, publicado no dia 25 de dezembro de 1908²³. Se se levar em conta que, em sentido estrito, tais línguas não eram escritas, isso significa que já se havia desenvolvido, em tais territórios, um sistema de grafia de idiomas eminentemente orais, o que traz interessantes questões para estudos lingüísticos, ocupação de quem tenha tal competência e capacidade²⁴.

A partir de 1º de março de 1909, o jornal se torna semanário, sob o *slogan*, no cabeçalho, de “Número de propaganda a favor da instrução”. José Albasini foi o editor e João Albasini o diretor do jornal. *O africano* tinha tipografia própria, e sempre enfrentou despesas razoavelmente altas, o que significa: não chegavam a ser cobertas pelas assinaturas. No entanto, registra Ilídio Rocha, depoimento de um dos antigos proprietários do jornal, ao pesquisador Raul Neves Dias, esclarece seu financiamento: era a maçonaria e seus adeptos quem o financiava,

22 Todos os dados foram compilados do livro de Ilídio Rocha antes mencionado, *A história da imprensa em Moçambique* (2000, p. 12), sendo confirmados pelas pesquisas que se realizou, já que, sendo publicações mais recentes, encontram-se em bom estado e arquivadas na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

23 Era uma prática, não muito comum, mas presente em jornais que se pretendiam de maior porte e seriedade, a edição de um *número programa* de jornal que se pretendesse editar. Servia para divulgar a nova publicação. Esta primeira edição era enviada gratuitamente a potenciais assinantes, e combinava-se com uma prática, essa sim, absolutamente generalizada, de um pedido e alerta para que, quem não se interessasse pela mesma, deveria devolvê-la à redação. A não devolução implicaria em aceitar ser assinante do jornal e, portanto, ao final de um determinado período, em geral mensal, pagar a devida assinatura. Ou seja, repassava-se o ônus da devolução ao próprio assinante. O risco do editor — e isso se verifica nos avisos e queixas de diferentes publicações — é que muita gente não devolvia o jornal, mas também não pagava a assinatura. Nas pesquisas desenvolvidas, pode-se verificar, inclusive, que muito jornal acabou deixando de circular graças a esses chamados *caloteiros* (?).

24 O bilinguismo do jornalismo moçambicano, assim, não era apenas de português-inglês, já que Moçambique estava rodeado de colônias ocupadas pela Inglaterra, como a Zambézia, Transvaal, etc., mas também em relação a línguas nativas. O mesmo processo vai se verificar na imprensa de Goa, na Índia, em que a diversidade lingüística é tão grande ou maior que a de Moçambique

com excelentes resultados²⁵. O jornal cresceu e chamou a atenção de muitos, inclusive de um sacerdote missionário, padre José Vicente do Sacramento. O sacerdote, que vivia praticamente na miséria, na região do Transvaal, tornou-se correspondente do jornal. Recebia, como paga, exemplares que deveria vender, podendo ficar com o dinheiro. Contudo, acaba expulso da região, uma vez que o jornal denunciava constantemente a espoliação a que eram submetidos os trabalhadores moçambicanos nas empresas locais. De retorno a Lourenço Marques, torna-se funcionário do jornal: redige, traduz, auxilia na área administrativa.

Em 1912, a maçonaria decide indicar um secretário de redação, José dos Santos Rufino, que logo se torna grande amigo do religioso, ainda que este, a essas alturas, já explorasse a agricultura em uns campos próximos. Não deixara, contudo, de colaborar com o periódico.

Durante a I Grande Guerra, Santos Rufino se torna correspondente da agência Havas, em Moçambique. Com isso, *O africano* recebe um serviço telegráfico exclusivo com informações do *front*, a que soma informações telegráficas da Reuters, até então exclusividade do *The Lourenço Marques Guardian*, em língua inglesa.

Tudo isso alarga o público d'*O africano*, que começa a atingir também o leitor branco. Sem deixar de publicar a sessão em língua ronga, torna-se em breve um simples jornal noticioso, ampliando, inclusive, a circulação para bi-semanal. O sacerdote, enquanto isso, associa-se com um judeu estabelecido na África do Sul e se torna concessionário da loteria de Moçambique. Em breve, adquire *O africano*, de que se torna então diretor, incluindo ainda uma seção em língua inglesa, dirigida especialmente ao leitor da África do Sul. *O africano* deixou de ser editado em 1920.

Os irmãos Albasini, contudo, com o dinheiro recebido, fundaram outro semanário, nos mesmos moldes, *O brado africano*, começando tudo de novo, a partir de 24 de dezembro de 1918, em associação com Estácio Dias, outro mestiço funcionário da Fazenda.

Ilídio Rocha é bastante duro na avaliação que faz da história deste jornal, avaliação de que se discorda em parte, depois de examinar a coleção do periódico. Semanal, a princípio, vale-se da mesma fórmula da publicação anterior, dirigindo-se, pois, essencialmente, aos mulatos. Mas para Rocha, ele é demasiadamente europeu em sua ideologia, e profundamente racista em relação aos negros, ainda que bilingüe. Sobre ele escreve Ilídio Rocha:

A verdade é que, enquanto dirigido, de fato, por mulatos, teve sempre um ponto de vista que em nada diferia do dos brancos ali radicados ou em vias de se radicarem, ou seja, um ponto de vista colonial, como aqueles pugnando pelo desenvolvimento econômico e social do território, mas sempre numa perspectiva eurocentrista (Rocha, 2000, p. 120 e ss.).

25 Ver Hohlfeldt, A. "Pioneiros da imprensa em Moçambique" (2010).

As pesquisas realizadas não confirmam estas observações. Se o jornal se coloca às vezes crítico em relação aos negros, defendendo sobretudo aos mulatos, torna-se um eficiente porta-voz da colónia junto à metrópole, o que ultrapassa qualquer questão racista. De todo o modo, ambos os irmãos Albasini foram militantes de uma causa objetiva, a defesa do interesse dos coloniais, como chamavam os mestiços nativos de Moçambique, e neste sentido inclusive participaram da fundação, dirigiram e vincularam inclusive o jornal ao Grémio Africano, instituição que, ao longo de muitos anos, defendeu a causa dos mestiços. Tanto isso é verdade que, quando da morte de João Albasini, e nos anos subseqüentes, enormes homenagens e constantes artigos de fundo e lembranças buscaram sempre valorizar a figura, especialmente, de João Albasini (Hohlfeldt, 2010)²⁶.

O que se deve reconhecer é que, sobretudo a partir de 1958, e já sem o concurso dos irmãos, o jornal (e o Grémio Africano), de que ele era porta-voz, passa a receber apoio formal do Ministro das Colónias, Marcelo Caetano, e torna-se, até seu desaparecimento, em 1974, por força da injunção política de então, apoiador explícito da ditadura salazarista. O Grémio Africano alcança, inclusive, receber um terreno do governo, e financiamento para a construção de sua sede, luta que mantivera ao longo dos anos²⁷.

Embora tendo iniciado sua história bastante recentemente, em 1854, como se viu, a imprensa da então colónia desenvolveu-se muito rapidamente, alcançou diversificação e teve algumas experiências no mínimo curiosas, como publicações dedicadas ao cinema (*Cine-África* — 1933) ou estreitamente vinculadas ao surgimento do rádio, como *Rádio Moçambique* (1935-1973), ligada ao Grémio dos Radiófilos da Colónia de Moçambique/Rádio Clube de Moçambique; ou *Q.R.V* (1937-1963), pertencente à Liga dos Rádio-Emissores de Moçambique²⁸. Ou seja, nos anos mais recentes, pode-se verificar uma articulação crescente entre a imprensa e outros meios de informação e de comunicação, constituindo o que denominar-se-ia uma *indústria cultural*, mesmo que insipiente.

26 O escritor João Paulo Borges Coelho escreveu um romance bastante interessante em que João Albasini figura como personagem central, *O olho de Herzog* (Leya, 2010).

27 O Grémio Africano, mais tarde Associação Africana de Lourenço Marques, teve seguidores em outras colónias, como Angola. Seus estatutos foram aprovados em 7 de julho de 1920, e constituía-se em associação de mestiços nascidos em Moçambique. Ver Rocha, I., *A imprensa de Moçambique*, 2000, p. 145, nota 3.

28 Informa Ilídio Rocha, em *A imprensa de Moçambique* (2000, p. 347), que a Rádio Moçambique pertencia à primeira agência de publicidade do território, a Agência Colonial de Moçambique. Teve-se a oportunidade de compilar alguns desses exemplares e mesmo de copiá-los, junto à Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Algumas generalizações

A título de conclusão, pode-se sintetizar algumas características dessa imprensa, dita colonial de expressão portuguesa, algumas das quais extensíveis à toda a imprensa da época, e não só à colonial; outras, específicas da imprensa colonial; e algumas poucas, enfim, diretamente vinculadas à realidade do entorno em que circulava, o território de Moçambique.

Já se identificou algumas dessas tendências, em artigo anterior (Hohlfeldt, 2008):

1. Envio dos exemplares das primeiras edições a um determinado conjunto de habitantes, provavelmente aqueles que constam como alfabetizados, mais ou menos possuidores de bens e capazes de se interessar por um jornal. Quem não quiser assinar o periódico, deverá devolvê-lo à redação;
2. Registro do aparecimento de congêneres, não apenas na própria colônia, quanto nas demais colônias e, até mesmo, na metrópole, se identificados ao mesmo grupo ideológico ou partidário. Isso significa que os jornais de então mantêm forte intercâmbio, o que se confirma pela observação do ponto seguinte: os jornais costumam noticiar a suspensão de circulação dos colegas e, por vezes, até a existência de processos (policiais, administrativos ou censoriais), condenações ou absolvições; essa prática auxilia na reconstrução da história de cada periódico;
3. Forte trânsito dos jornais entre as colônias e destas com a metrópole: é comum a citação e a transcrição de artigos de uns jornais pelos outros, o que significa que os jornais se lêem entre si;
4. Isso implica, também, na constituição de um campo²⁹ específico de circulação, para quem do círculo de leitores leigos e gerais, ou específicos — no campo da política partidária ou dos grupos administrativos, por exemplo — que a publicação busca alcançar. Isso costuma gerar disputas entre as publicações, e pode-se mesmo dizer que o jornal que não mantiver uma constante polémica com outras publicações é um jornal de menor importância no contexto da imprensa de então;
5. Todos os jornais coloniais são obrigatoriamente enviados, para depósito, às bibliotecas do Porto e de Lisboa, advindo daí a possibilidade de se fazer consulta a essas publicações, na atualidade, apesar de todos os percalços quanto à guarda e conservação de tais publicações;
6. É comum o lançamento de novos títulos em substituição aos anteriormente suspensos ou proibidos. Assim, quando um jornal é impedido de circular, imediatamente a instituição editorial lança um novo título; e este novo título assume assinantes, compromissos financeiros e linha editorial do jornal anterior;

29 Cabe, neste caso, aplicar o conceito de *campus* proposto por Pierre Bourdieu.

7. Menos que oposição à condição colonial em si, os jornais das colônias, de modo geral, exercem uma constante crítica às companhias de administração a quem a Metrópole entregava essas colônias, especialmente no caso de Moçambique;
8. Multiplicam-se os períodos de censura ao longo da história desses jornais, na maior parte das vezes por questões absolutamente externas ao próprio contexto colonial; essa censura não interfere diretamente nas questões locais ou regionais, de modo que falar mal da limpeza da cidade; criticar a companhia de administração; cobrar melhor desempenho dos serviços postais não é obrigatoriamente motivo para a intervenção da censura, nem mesmo depois de 1926;
9. As dimensões dos periódicos em geral é a do tablóide, tal como o conhecemos hoje, mas com infinitas variações nas dimensões exatas, dependendo do papel recebido; os jornais circulam com quatro páginas, sendo que a última é prioritariamente dedicada à publicidade: os jornais são semanais, definem-se como informativos e noticiosos (embora haja aqueles que sejam políticos, e neste caso ligam-se claramente a um partido e quase sempre são fundados pouco antes de uma campanha eleitoral, desaparecendo em seguida, sobretudo se o candidato não se eleger);
10. Há exigências de registro prévio da publicação, identificação do seu administrador e do seu editor e, a partir de um determinado momento (Lei João Belo), exige-se mesmo um título universitário para o responsável pelo jornal, ou um depósito prévio, de valor bastante alto, que só poderá ser levantado alguns meses depois do encerramento de circulação do jornal; isso serve para pagamento de eventuais multas, em casos de processos sofridos pela publicação, o que gerará inúmeros problemas para muitas folhas.

Referências bibliográficas

- Albuquerque, L. de (1991). O descobrimento das ilhas de Cabo Verde. In L. de Albuquerque & M. E. M. Santos, (Orgs.), *História Geral de Cabo Verde I* (nº 1, pp. 23 a 40). Centro de Estudos de História e de Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical / Direção Geral de Patrimônio Cultural de Cabo Verde.
- Amaral, I. do (1991). Cabo Verde: Introdução Geográfica. In L. de Albuquerque & M. E. M. Santos (Orgs.), *História Geral de Cabo Verde I* (nº 1, pp. 1-17). Centro de Estudos de História e de Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical / Direção Geral de Patrimônio Cultural de Cabo Verde.
- Anderson, B. (1989). *Comunidades imaginadas*. Cia. das Letras.
- Apa, L., Barbeitos, A. & Dáskalos, M. A. (2003). *Poesia africana de língua portuguesa*. Lacerda.
- Aranha, B. (1885). *Subsídios para a história do jornalismo nas Províncias Ultramarinas Portuguesas*. Imprensa Nacional.
- Barbosa, M. (2007). *História cultural da imprensa brasileira — 1800 — 1900*. Mauad.
- Barbosa, M. (2013). *História da comunicação no Brasil*. Vozes.
- Barreto, L. F. (1983). *Descobrimientos e Renascimento. Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Brandão, F. C. (1995). *História da expansão portuguesa (1367-1580) — Uma cronologia*. Heuris.
- Brito, B. G. (1988 [1735-1736]). *História trágico-marítima*. Lacerda Editores-Contraponto.
- Carrière, J. C. (2007). *Os fantasmas de Goya*. Cia. das Letras.
- Casa do Infante (1988). *A rota do Cabo. Descobrimientos e colonização africana*. Câmara Municipal da Cidade do Porto.
- Coelho, J. P. B. (2010). *O olho de Herzog*. Leya.
- Couto, M. (2015). *Mulheres de cinza*. Companhia das Letras.
- Couto, M. (2016). *Sombras da água*. Companhia das Letras.
- Couto, M. (2018). *Os bebedores de horizontes*. Companhia das Letras.
- Conceição, J. P. (2005). A Comunicação angolana. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2005*. LUSOCOM / SOPCOM.
- Conceição Neto, M. da (1997). Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX. *Lusotopie*, 327-359. <http://www.lusotopie.sciencespo-bordeaux.fr>.
- Convents, G. (2011). *Os moçambicanos perante o cinema e o audiovisual. Uma história político-cultural do Moçambique colonial até a República de Moçambique — 1896-2010*. Afrika Film Festival.
- Costa, D., Teixeira, C. & Tomás, A. Vivemos numa sociedade que premeia o consumo, mas não a produção. *O País on line*, 6 de julho de 2011. <http://www.opais.net/pt/opais/?det=18349&id1647&mid=>.
- Cruz e Silva, R. O nacionalismo angolano: um projecto no século XIX através de três periódicos da época: *O Farol do povo*, *Tomate* e *O desastre*. shorturl.at/fkAH4
- Cunha, A. M. da (1923). *A evolução do jornalismo na Índia Portuguesa*. Imprensa Nacional.
- Dias, R. N. (1957). *A imprensa periódica em Moçambique — 1854 — 1954 (Subsídios para a sua história)*. Imprensa Nacional.
- Everdosa, C. (1979). *Roteiro da literatura angolana*. Edições 70.
- Ferreira, M. (1959). *Consciência literária Cabo-Verdiana*, in Estudos Ultramarinos.
- Figueiredo, A. dos S. (1934). *Colónia de Moçambique — A vida social*. Imprensa Nacional de Moçambique.
- Gonçalves, J. J. (1964). *A informação em Angola — Alguns subsídios para os seus estudos*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.
- Gonçalves, J. J. (1965). *A informação em Moçambique. Contribuição para o seu estudo*. Universidade Técnica de Lisboa.
- Gonçalves, J. J. (1966). *A informação na Guiné, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe*. Junta de Investigações do Ultramar.
- Gracias, J. A. I. (1880). *A imprensa em Goa nos séculos XVI, XVII e XVIII. Apontamentos histórico-bibliográficos*. Imprensa Nacional.
- Guirado, M. C. (2001). *Relatos do descobrimento do Brasil*. Piaget.
- Halata, D. Sobre o Jornalismo angolano. <https://www.webartigos.com/artigos/sobre-o-jornalismo-angolano/53052/>
- Hohlfeldt, A. & Oliveira, S. R. de (2007). *Bicentário da imprensa brasileira: Reavaliação de Hipólito José da Costa, diretor e editor do Correio Braziliense*. [Comunicação em congresso]. 5º Encontro Nacional de Pesquisadores de Jornalismo (SBPJor), Universidade Federal de Sergipe.
- Hohlfeldt, A. (2008). *Imprensa das colônias de expressão portuguesa: principal bibliografia*. [Comunicação em congresso]. VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), Universidade Metodista, São Paulo.
- Hohlfeldt, A. (2008). Correio Braziliense e Gazeta do Rio de Janeiro: Comparações e influências. *Estudos em Jornalismo e mídia*, 5(2), 11-26.
- Hohlfeldt, A. (2008). Comunicação e cidadania: O caso exemplar de O Emancipador, de Moçambique. *Comunicação, mídia e consumo*, 14(5), 13-32.
- Hohlfeldt, A. (2009). Imprensa das colônias de expressão portuguesa: primeira aproximação. *Comunicação & Sociedade*, 51, 135-154.
- Hohlfeldt, A. & Carvalho, C. C. de (2010). Eco do Nyassa: Exemplar história de um jornal de resistência em Moçambique. [Comunicação em congresso]. XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Universidade de Caxias do Sul.
- Hohlfeldt, A. e Grabauska, F. (2010). Pioneiros da imprensa em Moçambique: João Albasini e seu irmão. *Brazilian Journal Research, Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo*, 6(1), 195-214.
- Hohlfeldt, A. (2013). Rádio e imprensa: Como as duas mídias se encontraram e se fortaleceram em Moçambique. [Comunicação em congresso]. Conferência Internacional Império Português, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Jacob, S. R. (2010). A imprensa livre e o despertar da vida literária angolana no século XIX. *Miscelânea — Revista de Pós-Graduação em Letras*, 8 (jul. /dez).

- Júdice, N. (s/d). *A viagem na literatura portuguesa*. Instituto Português do Livro e da Leitura.
- Khosa, U. B. K. (2018). *Gungunhana — Ualapi e As mulheres do Imperador*. Kapulana.
- Laranjeira, Á. N. (2011). Arqueobiografia do pioneiro da imprensa no Brasil: Nas pegadas de Frei Tibúrcio. *Revista FAMECOS- Mídia, Cultura e Tecnologia*, 18(3), 765-781.
- Lobo, J. de C. (1964). *Jornalismo de Angola — Subsídios para a sua história*. Centro de Informação e Turismo de Angola.
- Lúpi, L. C. (1958) *A informação e a formação da opinião pública no Ultramar português*. Tipografia Minerva.
- Lopes, A. dos M. (1971). *Imprensa de Goa*. Comissariado do Governo para os Assuntos do Estado da Índia.
- Loureiro, R. M. (1996). Religiosos ibéricos em demanda das Índias. In M. da G. M. Ventura, (Org.) *Viagens e viajantes no Atlântico quinhentista*. Colibri.
- Macêdo, T. & Maquêa, V. (2007). *Literaturas de língua portuguesa. Marcos e marcas*. Arte & Ciência.
- Melo, A. B. (1985). *A influência do Brasil no jornalismo de Angola*. Semana Ilustrada.
- Melo, J. M. de (1973). *Sociologia da imprensa brasileira*. Vozes.
- Miranda, M. R. (2013). *Gungunhana, o último rei de Moçambique*. A Esfera dos Livros.
- Moreira, M. (1941). História e evolução da imprensa portuguesa no ultramar. *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, 4, 167-180.
- Morel, M. (2009). *A sentinela da liberdade e outros escritos (1821-1835)*. EDUSP.
- Múrias, Manuel (1940). *História breve da colonização portuguesa*. Ática.
- Neves, J. A. das (1989). *História breve da imprensa de língua portuguesa no mundo*. Direcção-geral da Comunicação Social.
- Noa, F. (1996). Da literatura e da imprensa em Moçambique. In F. Ribeiro & A. Sopa, (Orgs.) *140 anos de imprensa em Moçambique: Estudos e relatos*. AMOLP.
- Observatório da Imprensa (13/4/2011). Brasil finaliza fase de testes de TV digital em Angola, ano 16, nº 637. <http://observatoriodaimprensa.com.br>.
- Oliveira, J. J. de. As literaturas africanas e o Jornalismo no período colonial. www.omarrare.uerj.br/numero8/pdfs/jurema.pdf.
- Pena Rodriguez, A. (1996). História do jornalismo português. In A. Pizarroso Quintero (Coord.), *História da imprensa (351-377)*. Planeta.
- Pepetela (18/06/2003). Algumas questões sobre a literatura angolana. [Palestra proferida na “Maka de quarta-feira”], União dos Escritores Angolanos. <http://www.uea-angola.org/barrartigo.cfm?ID=173>.
- Pereira, A. X. da S. (1895). *O jornalismo português — Resenha chronologica*. Typographia Soares.
- Pereira, A. X. da S. (1897). *Os jornais portugueses — Sua filiação e metamorfose [...]*. Imprensa de Libanio da Silva.
- Pimentel, M. do R. (1996). *Aspectos do relacionamento intercultural no expansionismo português*. In M. da G. M. Ventura, (Org.) *Viagens e viajantes no Atlântico quinhentista*. Colibri.
- Pizarroso Quintero, A. (Coord.) (1996). *História da imprensa*. Planeta.
- Ponte, H. *Introdução ao estudo da história de Angola*. <http://introducaohistangola.blogspot.com.br>.
- Queiroz, A. A imprensa em Angola no século XIX. *Jornal de Angola-online*. http://jornaldeangola.sapo.pt/17/0/a_imprensa_em_angola_no_seculo_ixi
- Rangel, J. (1957). *A imprensa em Goa*. Tipografia Rangel.
- Rizzini, C. (1988). *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil — 1500-1822*. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Rocha, I. (S/d). *Contribuição para a história da imprensa em Moçambique*. CODAM.
- Rocha, I. (2000). *A imprensa de Moçambique — História e catálogo — 1854-1975*. Livros do Brasil.
- Santilli, M. A. (2007). *Literaturas de língua portuguesa. Marcos e marcas*. Arte & Ciência.
- Santilli, M. A. (2007). *Cabo Verde: Ilhas do Atlântico em prosa e verso*. Arte & Cia.
- Saraiva, A. J. & Lopes, Ó. (1975). *História da literatura portuguesa*, Porto Editora — Livraria Arnado — Emp. Lit. Fluminense.
- Silva, A. C. (2012). *O rei do Monte Brasil*. Oficina do Livro.
- Silva, A. da C. e (2002). *A manilha e o libambo: A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Fundação Biblioteca Nacional.
- Silva, G. J. (23.6.2003). Telegrafia sem fio. Dúvidas: quem fez realmente a primeira transmissão via rádio? http://www.landelldemoura.com.br/teleg_sem_fios_portugal.htm.
- Sodré, N. W. (1966). *A história da imprensa no Brasil*. Civilização Brasileira.
- Sousa, J. P. (2007). *A génese do jornalismo lusófono*. Universidade Fernando Pessoa.
- Sousa, J. P. (2013). *Jornalismo em Portugal no alvorecer da modernidade*. Media XXI.
- Sousa, J. P., Lima, H., Hohlfeldt, A. & Barbosa, M. (Orgs.) (2014). *A history of the press in the portuguese-speaking countries*. Media XXI.
- Souza, J. P. de. *Mídia*. In J. Marques de Melo et al. (2010). *Enciclopédia INTERCOM de comunicação*. INTERCOM.
- Tengarrinha, J. (2013). *Nova história da imprensa portuguesa. Das origens a 1865*. Círculo de Leitores.
- Trigo, S. (1981). *Luandino Vieira, o logoteca*. Brasília.
- Trigo, S. (1977). *Introdução à literatura angolana de expressão portuguesa*. Brasília.
- Trony, A. (1984). *Nga Muturi*. Edições 70.
- Ventura, M, da G. M. (Org.) (1996). *Viagens e viajantes no Atlântico quinhentista*. Colibri.
- Vianna, H. (1945). *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*. Imprensa Nacional.
- Vieira, A. da E. S. (1834). *Colônia de Moçambique — História da expansão do domínio português*. Imprensa Nacional de Moçambique.
- Wagner, K. (1996). Descobrimientos e imprensa. In M. da G. M. Ventura (Org.), *Viagens e viajantes no Atlântico quinhentista*. Colibri.